DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, quarta-feira, 22 de março de 1978 — ANO II - Nº 56

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº: 4118 DE 20 DE MARÇO DE 1978.

Altera o Anexo I do Decreto nº: 3.366, de 20 de agosto de 1.976.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, artigo 20, da Lei nº: 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 35 da Lei nº: 4.545, de 10 de dezembro de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica revogada a exigência de requisito para provimento dos Empregos em Comissão de Assessor Técnico da Tabela de Empregos em Comissão do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, criados pelo Anexo I, do Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 20 de março de 1.978.

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO Nº 4119 DE 21 DE MARÇO DE 1978.

Retifica Publicação do Parágrafo único do artigo 7º do Regimento da Secretaria de Serviços Sociais, aprovado pelo Decreto nº: 4.037 - B, de 30 de dezembro de 1977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso II do artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica retificada a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, de 30 de dezembro de 1.977, do Parágrafo único do artigo 7º do Regimento da Secretaria de Serviços Sociais, aprovado pelo Decreto nº: 4.037—B, de 30 de dezembro de 1.977, onde se lê: «As Gerências de Projetos funcionarão de acordo com o que estabelece o artigo 23 e incisos III e IV do artigo 23 deste Regimento», leia-se: «As Gerências de Projetos funcionarão de acordo com o que estabelece o artigo 23 e incisos III e IV do artigo 24 deste Regimento».

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de março de 1.978.

90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA.

DECRETO Nº 4.120 DE 20 DE MARÇO DE 1978

Dispõe sobre a realização de uma terceira etapa no processo seletivo para inclusão de servidores no Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º, da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

D E C R E T A:

Art. 1º — Se o número de funcionários ou empregados habilitados na forma dos artigos 11 e 12, e do artigo 14, do Decreto nº 2.373, de 24 de setembro de 1973, ou nos termos do Decreto nº 3.866, de 14 de setembro de 1977, como integrantes da clientela originária (1ª. etapa) ou das clientelas secundária e geral (2ª etapa), não for suficiente para completar a lotação fixada para a Categoria Funcional, poderão concorrer à inclusão no Plano, numa 3ª etapa, no Quadro ou Tabela que atender à unidade a que pertencerem, com a denominação de clientela concorrente, desde que possuam o grau de escolaridade e a habilitação profissional exigidos em cada caso:

a) — os funcionários ou empregados, cujos cargos ou empregos continuem classificados de acordo com os sistemas a que se referem a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e Decreto-lei nº 274, de 27 de fevereiro de 1967, inclusive os que tiverem sido inabilitados, tanto na 1ª como na 2ª. etapa;

b) — os servidores que, na data da expedição deste Decreto, estejam prestando serviço, mediante requisição, às Secretarias de Estado, Procuradoria Geral, Gabinete do Governador, Administrações Regionais, Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, Órgãos Relativamente Autônomos e Autarquias;

c) — os ocupantes de cargos em comissão (DAS), funções de confiança (LT-DAS), funções em comissão (FC) e empregos em comissão (EC), que não sejam titulares de cargos efetivos em qualquer dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal, ou de empregos permanentes nas Tabelas dos Órgãos ou Entidades a que estiverem servindo, nomeados ou designados anteriormente à data de abertura do processo seletivo para a Categoria Funcional a que desejarem concorrer.

§ 1º — O disposto neste artigo não se aplica às Categorias Funcionais que integram os Grupos-Polícia Civil e Tributação, Arrecadação e Fiscalização, a não ser quanto aos funcionários a que se refere a alínea a.

§ 2º — A inclusão no novo Plano dos funcionários ou empregados a que se refere a alínea a será feita mediante transposição ou transformação dos respectivos cargos ou empregos e a dos servidores a que se referem as alíneas b e c, mediante provimento, na forma prevista no artigo 3º da Lei nº 6.375, de 20 de novembro de 1976.

§ 3º — As inclusões de que trata este artigo somente poderão ser feitas na primeira referência das classes iniciais das respectivas Categorias Funcionais.

Art. 2º — A classificação dos servidores habilitados para a clientela de que trata este Decreto será feita de cordo com a nota obtida no respectivo processo seletivo.

Parágrafo único — No caso de ocorrer empate na classificação, terá preferência, para inclusão no Plano, sucessivamente:

I — o servidor que tiver maior tempo de serviço prestado aos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal;
II — o que tiver maior tempo de serviço público em geral;
III — o de maior prole;
IV — o mais idoso.

Art. 3º — O disposto no artigo 1º deste Decreto será aplicado somente uma vez em relação ao mesmo funcionário ou empregado, ainda que se trate de Categorias Funcionais diversas.

Art. 4º — Após a inclusão dos funcionários e empregados habilitados na etapa de que trata este Decreto, a lotação fixada para a Categoria Funcional será completada, conforme o caso, mediante a transposição ou transformação de cargos vagos ou criação de empregos, a serem providos mediante concurso público, ascensão ou progressão funcional, na forma do disposto no artigo 10, do Decreto nº 2.373, de 1973.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 2.580 de 14 de março de 1974, e demais disposição em contrário.

Brasília, 20 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cr$ 400,00
Semestral ..... Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS
Anual ..... Cr$ 300,00
Semestral ..... Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA

Por centimetro de coluna.
Órgãos Governamentais ..... Cr$ 6,40
Particulares ..... Cr$ 10,00

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

DECRETO Nº 4.121 DE 20 DE MARÇO DE 1 978

Dispõe sobre a transformação de cargos para a Categoria Funcional de Engenheiro Agrônomo, do Grupo - Outras Atividades de Nivel Superior, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 9º, da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1 973,

D E C R E T A :

Art. 1º - São transformados ,na forma do Anexo I, para a Categoria Funcional de Engenheiro Agrônomo, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, Código NS-700, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os cargos cujos ocupantes concorreram à Categoria Funcional diversa daquela em que originariamente seriam incluídos e que se habilitaram em processo seletivo próprio, conforme relação nominal constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 2º - A Coordenação do Sistema de Pessoal apostilará os títulos dos funcionários abrangidos por este Decreto, ou os expedirá para os que não possuirem.

Art. 3º - A partir da data da publicação deste Decreto cessará, automaticamente, o pagamento aos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos, na forma dos Anexos I e II deste Decreto, de quaisquer retribuições que por ventura venham sendo percebidas pelos referidos servidores a qualquer título e sob qualquer forma, ressalvados, apenas, o salário família e a gratificação adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único - os ocupantes dos cargos abrangidos pela transformação a que se refere este Decreto só poderão perceber as gratificações e indenizações especificadas no Anexo II do Decreto -Lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, observadas as definições, bases de concessão e regulamentação pertinentes.

Art. 4º - Os efeitos financeiros deste Decreto, com base no valor de vencimento correspondente à Referência indicada na relação nominal constante no Anexo II, vigorarão a partir da data de sua publicação, correndo a despesa à conta dos recursos orçamentários próprios do Distrito Federal.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1 978
90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

(Decreto nº 4.121 ,de 20 de março de 1978)

A N E X O I

QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO - OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

NÚMERO DE CARGOS	SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			LOTAÇÃO IDEAL PREVISTA		
	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	QUADRO	NÚMERO DE CARGOS TRANSF.	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	PREENCHIDOS	VAGOS	TOTAL
						ENGENHEIRO AGRÔNOMO			
-	-	-	-	-	NS-707.7	Engenheiro Agrônomo C	5	-	5(-2) 3
-		-	-	-	NS-707.6	Engenheiro Agrônomo B	3	1	4 4
-	-	-	-	-	NS-707.4	Engenheiro Agrônomo A	-	5	5 5
							8	6	14(-2) 12
1	Professor de Ensino Médio	19	QP						
1	Escrevente-Datilógrafo	7	QPP	2	NS-707.4	Engenheiro Agrônomo A	2	3	5
							10	4	14(-2) 12

RELAÇÃO NOMINAL DOS OCUPANTES DE CARGOS TRANSFORMADOS, A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 4.121 ,DE 20 DE março DE 1978

ANEXO II

GRUPO: Outras Atividades de Nível Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Engenheiro Agrônomo, Código NS-707.4

CLASSE "A" - REFERÊNCIA 43

NÚMERO DE CARGOS PREVISTOS NA LOTAÇÃO: 5 (cinco)

Nº DE ORDEM	N O M E	MATRÍCULA
1	Edmundo Torres da Silveira	3.853
2	Ernesto de Miranda Neto	8.936

DECRETO Nº 4.122 DE 21 DE MARÇO DE 1978

Delega à Fundação Educacional do Distrito Federal competência para executar convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal, para aplicação dos recursos provenientes da Quota Federal do Salário Educação, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do Artigo 20, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 027585/77-GDF,

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica delegada à Fundação Educacional do Distrito Federal competência para executar o Convênio celebrado em 07 de março de 1978, entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal, para aplicação dos recursos provenientes da Quota Federal do Salário Educação.

Art. 2º — A Fundação Educacional poderá propor as alterações que se tornarem indispensáveis à perfeita execução do plano de aplicação dos recursos consignados no convênio a que se refere o artigo anterior, respeitadas as normas do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º — A prestação de contas da aplicação dos recursos do Convênio de que trata este Decreto, a ser elaborada pela Fundação Educacional do Distrito Federal, subordina-se às exigências do Ministério da Educação e Cultura e será encaminhada ao Departamento de Ensino Fundamental daquele Ministério, através da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Art. 4º — O presente Decreto integra o Livro V, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de março de 1978

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO

DECRETO Nº 4123 DE 21 DE MARÇO DE 1978

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.810/78,

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aberto ao Gabinete do Governador, o crédito suplementar no valor de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

03070202.003 — Assessoramento Superior
3.1.4.0 — Encargos Diversos..... 200.000,00

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item III, da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial, em igual valor, da dotação orçamentária que se segue, do próprio Gabinete do Governador:

03070202.003 — Assessoramento Superior
4.1.3.0 — Equipamento e Instalações..... 200.000,00

Art. 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de março de 1978

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DESPACHO

E.M.

Nº 23/78—SEA

Senhor Governador:

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência seja considerado Ponto Facultativo o dia 23 de março, Quinta-feira Santa, para os servidores do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

A medida que sugiro a Vossa Excelência reflete determinação do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, que, em telegrama circular dirigido aos Ministérios comunicou que, de ordem do Senhor Presidente da República, não haverá expediente nas repartições públicas, Administração Direta e Autarquias no dia 23 do corrente mês, por motivo das solenidades da Semana Santa.

Ficarão, entretanto, excluídos dessa medida os órgãos que, a critério das respectivas chefias tenham funcionamento indispensável, fazendo-se, nesse caso, escalas de serviço.

Apresento a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e profundo respeito.

Brasília, 17 de março de 1978

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

Autorizo ponto facultativo o dia 23 de março. Ficarão, entretanto, excluídos dessa medida os órgãos que, a critério das respectivas chefias, tenham funcionamento indispensável, fazendo-se, nesse caso, escalas de serviço.

Brasília, 20 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MARÇO DE 1978.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1.975, e tendo em vista o que consta do processo nº 268.464/77,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do ítem I do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1.977, a Arquiteta VANIA ANDRADE FROES, Chefe do Distrito de Obras de Ceilândia, matrícula nº 19.125, para Executora das obras de construção de 04 (quatro) Centros Desportivos, situados na Q.N.N. 13/14 e Q.N.M. 13/14, em Ceilândia, de acordo com as especificações estabelecidas na Tomada de Preços nº 47/77-CL-RA-III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF., 08 de março de 1.978.

VITAL DE MORAES ANDRADE.

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 054952/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
ASSUNTO: Pagamento de Fatura nº: FS—10279

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 1.677,31 (Hum mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros e trinta e um centavos), referente a Fatura nº FS—10279, em favor da firma XEROX DO BRASIL S/A, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1.968.

Taguatinga-DF., 18 de janeiro de 1.978.

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga.

PROCESSO Nº: 056060/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A.
ASSUNTO: Pagamento de Fatura nº FS 12.087

DESPACHO:
Face ao que consta do

presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 1.867,38 (Hum mil, oitocentos e sessenta e sete cruzeiros e trinta e oito centavos) referente a Fatura nº FS 12.087, em favor da firma XEROX DO BRASIL S/A, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1.968.

Taguatinga-DF., 19 de janeiro de 1.978.

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga.

PROCESSO Nº: 258255/77.
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A.
ASSUNTO: Pagamento de Fatura nº: FS 3002
DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$2.087,70 (Dois mil, oitenta e sete cruzeiros e setentacentavos) referente a Fatura nº: FS 3002, em favor da firma XEROX DO BRASIL S/A, nos termos do inciso I, do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº: 62.115 de 15 de janeiro de 1.968..

Taguatinga-DF , 19 de janeiro de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE:

Administrador Regional de Taguatinga.

PROCESSO Nº; 056.231/77
INTERESSADO: NOVACAP

ASSUNTO ; Pagamento de faturas nºs 1061,1062 e 1063/77

D E S P A C H O;

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de CR$8.031,14 (Oito mil trinta e um cruzeiros e quatorze centavos), referente as faturas nºs 1061, 1062 e 1063/77, em favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, nos termos do Inciso I do Parágrafo único do Artigo 1º do Decreto Nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968.

Taguatinga—DF., 19 de janeiro de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

PROCESSO Nº; 057779/77
INTERESSAO; XEROX DO BRASIL S/A
ASSUNTO ; Pagamento de Fatura Nº FS 16155

DESPACHO.

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 2.666,47 (Dois mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e quarenta e sete centavos), referente a Fatura Nº FS 16155, em favor da firma XEROX DO BRASIL S/A, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto Nº 62.115 de 15 de janeiro de 1968.

Taguatinga—DF., 19 de janeiro de de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

PROCESSO Nº: 722266/77
INTERESSADO: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB.
ASSUNTO: Pagamento de Fatura nº 0085/77

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 2.597,94 (Dois mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e noventa e quatro centavos), referente a Fatura nº 0085/77, em favor da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1.968.

Taguatinga-DF, 30 de janeiro de 1.977.

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga.

PROCESSO Nº: 720488/78
INTERESSADO : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA Nº: B—253310

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 3.326,40 (três mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavo), referente a Fatura nº B-253310/77, em favor da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1.968.

Taguatinga-DF., 28 de fevereiro de 1.978

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador.

PROCESSO Nº: 720489/78
INTERESSADO: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA —CEB.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA Nº: B—253311

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 3.326,40 (três mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) referente a Fatura nº B - 253311/77, em favor da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1.968.

Taguatinga-DF., 28 de fevereiro de 1.978.

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador.

PROCESSO Nº: 720490/78
INTERESSADO: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA Nº: B—253312

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 3.326,40 (três mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos, referente ao fornecimento de energia elétrica no mês de dezembro/77, conforme fatura nº B—253312, em favor da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1978.

Taguatinga-DF., 28 de fevereiro de 1.978.
VITAL DE MORAES ANDRADE.
Administrador.

PROCESSO Nº : 720487/78
INTERESSADO : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB
ASSUNTO ; PAGAMENTO DE FATURA Nº B—253309

DESPACHO ;

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA ,no valor de Cr$.3.326,40 (três mil trezentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) referente a Fatura de nº B-253309/77,em favor da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 62.115 de 15 de janeiro de 1.968.

Taguatinga —DF 28 de fevereiro de 1.978
VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLANDIA

DIVISÃO REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Atos do Diretor

Processo nº 195069/78
Interessado: Gildeth Alves Nogueira
Endereço: Quadra 10 - Lote 97 - Setor Norte
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se.

Processo nº 195001/78
Interessado: João Batista Fernandes
Endereço: Quadra - 03 lote 02 - Setor Tradicional
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se.

Processo nº 195187/78
Interessado: Armantino Inácio de Sousa
Endereço: Quadra - 02 - Lote 106 - Setor Sul
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se

Processo nº 1955204/78
Interessado: Clarindo da Costa
Endereço: Rua 13 - Quadra 16 - Lote 20 Setor Tradicional

Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive-se.

Processo nº 195085/78
Interessado: José Francisco de Oliveira
Endereço: Rua 10 - Quadra - 18 - Lote 04 - Setor Tradicional
Assunto: Alvará de Construção (Substituição de Responsável Técnico)
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive-se.

Processo nº 195018/78.
Interessado: Ormanes José de Oliveira
Endereço: Quadra - 16 - Lote 17 - Rua 06 - Setor Tradicional
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se.

Processo nº 195135/78
Interessado: Berto Francisco Marreiro
Endereço: Rua A, Lote 188 - Quadra - 01 - Setor Sul
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se

Processo nº 195334/78
Interessado: Fulvio Antonio Machado de Avila
Endereço: Quadra - 02 - Conjunto - E - Lote 105 - Setor Sul
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se

Processo nº 195236/78
Interessado: Antonio Batista Pereira dos Santos
Endereço: Quadra - 02 - Conjunto E - Lote 93 Setor Sul
Assunto: Alvará de Construção
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se.

Processo nº 196430/78
Interessado: GDF - SVO - Administração Regional de Brazlândia
Endereço: Area Especial - 3 Norte
Assunto: Carta de Habite- se
Despacho: Deferido, Publique-se e Arquive- se.

Brazlândia -DF, 03 de março de 1978

Arq. FULVIO ANTONIO MACHADO DE AVILA
Diretor da DRLFO RA-IV

VISTO:
ANTONIO NETO DE GODOI
Administrador Regional de Brazlândia

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE MARÇO DE 1978

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto nº 2.356, de 29 de agosto de 1973.

RESOLVE:

DESIGNAR, o Engenheiro OSMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO, Diretor da Divisão de Obras, matrícula nº 19.111, Engenheiro PAULO RIOS TERRA DA SILVEIRA, Assistente Tecnico, matrícula nº 19.274 e OTONIEL DE MELO NETO, Engenheiro da Fundação Educacional do Distrito Federal, para sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão incumbida do recebimento definitivo dos serviços de ampliação do Centro de Ensino nº 03, Guará I, realizados pela firma COCI-SAN-AGRO COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL SE SANITÁRIA LTDA.

Brasília-DF 15 de março de 1978

Profº OLIMPIO BARBOSA FILHO
Administrador do SRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975, MARTINS SILVA DA MATA, Auxiliar Artífice de Manutenção, nível 5, matrícula nº 10.863, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe do Arquivo Central, Símbolo FC-6, da Divisão de Arquivo Central da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa desta Secretaria, no período de 1º a 30 de abril de 1978, por motivo de férias do titular.

Brasília, 20 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REALIZADA EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, ENGENHEIRO JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil noceventos e setenta e oito, na sala de reuniões na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, realizou-se extraordinariamente a 1.197ª Reunião do Conselho de Administração, sob a presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, com a presença dos Senhores Conselheiros, MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de administração, RENOR SANTA'ANNA, ORION CLÁUDIO DO NASCIMENTO,NILO DE CASTRO RIBEIRO, NEWTON CARNEIRO LOBO e FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO. Estiveram também presentes à reunião o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DÁRIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausentes, com as respectivas faltas devidamente justificadas, os Conselheiros INÁCIO DE LIMA FERREIRA, JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO e ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO. Aberta a Sessão, o Senhor Presidente procedeu a distribuição dos processos constantes da pauta aos Senhores Conselheiros, para relato, determinando a seguir a leitura da Ata da reunião anterior, que lida, foi aprovada pelos presentes. Dando início ao exame dos assuntos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA, que relatou o seguinte processo:

01) —Nº 636.338/78, que trata da Tomada de Preços nº 010/78-CPL, para fornecimento, instalação e montagem do sistema de sonorização e intercomunicação, a ser implantado na obra do PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON FARIAS, em Brasília-DF. A decisão foi proferida nos seguintes termos; "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 020/78-CPL, e aprova a proposta da firma ASTEL LTDA-DEP. DE SOM E IMAGEM, para fornecimento, instalação e montagem do sistema de sonorização e intercomunicação, a ser implantado na obra do PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON FARIAS, pelo valor global de Cr$ 878.612,00 (oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e doze cruzeiros), com o prazo para conclusão dos serviços fixado em 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço pela DE." Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro ORION CLÁUDIO DO NASCIMENTO, que ralatou este processo:

02) Nº 636.606/78, em que a DIRETORIA ADMINISTRATIVA, apresenta minuta de Edital de Bolsa de Estudo na ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL-AEUDF. A decisão foi aprovada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, aprova o Edital elaborado pela Diretoria Administrativa, para concessão de Bolsas de Estudos aos servidores da NOVACAP e do G.D.F., durante o exercício de 1978, nos exatos termos em que está sendo apresentado." "Com a palavra que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente o Conselheiro NILO DE CASTRO RIBEIRO, relatou o seguinte processo:

03) —Nº 735.886/78, referente a dispensa de licitação para aquisição de 03 (três) tratores agrícolas MASSEY FERGUSON MF-265 diretamente do fabricante. A decisão foi a seguinte. "O Conselho, com o voto do Relator, e de acordo com a decisão da Diretoria: RESOLVE: dispensar a licitação nos termos da letra "e" artigo 3º da Resolução nº 084/76-CA., e autorizar a aquisição de 03 (três) Tratores agrícolas Massey Ferguson MF-265, diretamente ao fabricante. "Finalizando a reunião o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro NEWTON CARNEIRO LOBO, que relatou este processo:

04)—Nº 658.229/77, concernente à aprovação da proposta apresentada pela firma PAVIPLAN-Construções e Pavimentação Planalto Ltda. para execução, pelo regime de empreitada por preços unitários, de redes de captação de águas pluviais, na Cidade Satélite de Taguatinga-DF. A decisão proferida foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: Aprovar a proposta da firma PAVIPLAN—Construção e Pavimentação Planalto Ltda, na forma da letra "d" do artigo 3º da Resolução nº 084/76-CA., para execução das obras de captação de águas pluviais na Cidade Satélite de Taguatinga-DF em Brasília-DF,atribuindo-se ao contrato no valor de Cr$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil cruzeiros),com o prazo de 90 (noventa) dias úteis, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela firma interessada. "Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, MARIA DE PERPÉTUO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES-Presidente; MAURO DE ALENCAR FECURY; RENOR SANT'ANNA; ORION CLÁUDIO DO NASCIMENTO; DARIO DÉLIO CARDOSO-Consultor Jurídico; FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO; NILO DE CASTRO RIBEIRO; NEWTON CARNEIRO LOBO; MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS-Secretária.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR

SERVIÇO JURIDICO DO DER-DF

AUTORIZAÇÃO DE USO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do processo nº 415.732/77 e com fulcro no art. 44, item XXXIII, do Decreto nº 3.078, de 03.12.75.

Autoriza o uso da faixa de domínio da DF-14, ambas as margens para o fim específico de travessia de linha de transmissão, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A ELETRONORTE, a título precário e na forma abaixo:

1—A ELETRONORTE, na instalação das torres de transmissão, manutenção e conservação, observará as Normas Brasileiras pertinentes especialmente a de número 182 que ficam fazendo parte integrante dessa autorização.

2—A implantação da rede, quaisquer alterações necessárias ou eventuais, serviços e ocorrências, deverão cercar-se das medidas de segurança aplicáveis, inclusive comunicação ao DER-DF, com brevidade possivel para orientação de sinalização adequada nestas ocasiões;

3—A Autoriza responde, com exclusividade,por acidentes que eventualmente ocorram em virtude da construção, da conservação da manutenção do equipamento ou do uso inadequado desta autorização;

4—Esta autorização é gratuita e por prazo indeterminado.

Brasília-DF 27 de fevereiro de 1978

Pelo DER-DF: (as) ARINO OTON DE LIMA
Pela ELETRONORTE; (as) JOÃO ANGELO AUGUSTO CASAGRANDE
Testemunhas: (as) EDESIO LEITE DE SIQUEIRA
JOÃO LÚCIO CORREIA DE SOUZA

CONSELHO RODOVIÁRIO

ATA da 552ª Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e oito, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte — Bloco "C" — Brasília-DF. PRESIDÊNCIA: Presidiu a reunião o Dr. José Roberto Oliveira Vinhaes, Chefe do Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, Substituto legal do Exmº Senhor Secretário de Viação e Obras, Engº José Reinaldo Carneiro Tavares, Presidente Nato deste Conselho. CONSELHEIROS PRESENTES: Arino Oton de Lima, Armando Pontes, Geraldo Rodrigues dos Santos, Jethro Bello Torres, Júlio Xavier Rangel e Walkyria Santos Palhano, tendo como Secretário o servidor Elias de Oliveira Castro. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: Às onze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, que posta em discussão e votação, foi aprovada. EXPEDIENTE: Não houve. ORDEM DO DIA:

1) Processo nº 02316/76 — Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER-DF — Assunto: Aditamento ao Contrato nº 02/77, celebrado entre o DER-DF e a SERVENG-CIVILSAN S/A — EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, que tem por objeto a execução de trabalhos rodoviários envolvendo implantação e pavimentação do trecho de ligação entre a Rodoviária da Ceilândia e Avenida do Sandu (Taguatinga); construção de um bueiro celular no córrego Cortado com extensão de 60 metros e seção 3,50 x 2,50 construção de um viaduto na interseção com a Avenida do Sandu com 43 metros e largura de 22,5 metros; e ainda a execução de 8.880—metros de obras de arte corrente em manilha de concreto armado vibrado de diversos diâmetros, com prorrogação de prazo e elevação do valor. — RELATOR: Conselheiro Armando Pontes. DECISÃO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. 11, Inciso XXVIII, do Decreto nº 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, opinar pelo aditamento ao Contrato Nº 02/77, com as ressalvas abaixo, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais, devendo o presente processo ser submetido à elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Governador, através da Secretaria de Viação e Obras, nos termos do Art. 15, do Decreto supra citado. O Termo Aditivo será firmado após a celebração do novo aditamento ao Convênio do PROGRESS. a) Concessão de prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 30/01/78, portanto com conclusão prevista para 30/03/78; b) Elevação do valor do contrato de Cr$ 39.401.513,60 (trinta e nove milhões, quatrocentos e um mil, quinhentos e treze cruzeiros e sessenta centavos) para Cr$ 45.431.588,32 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros e trinta e dois centavos), com consequente acréscimo de Cr$ 6.030.074,72 (seis milhões, trinta mil, setenta e quatro cruzeiros e setenta e dois centavos); c) Inclusão de Cláusula excluindo o bueiro celular de 3,50 x 2,50m, tendo em vista as justificativas de fls. 245 a 249.

2)-Processo nº 417.219/77-Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇAO DO DER-DF — Assunto: Segundo pedido de prorrogação de prazo da SERVENG-CIVILSAN S/A — EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, para conclusão dos serviços objeto do Contrato Nº 38/77 — Execução de pavimentação com macadame betuminoso pré-misturado a quente — BINDER, na Estrada Parque Ceilândia — EPCL. — RELATOR: Conselheiro Geraldo Rodrigues dos Santos. DECISAO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. 11, Inciso XXVII, do Decreto Nº 3.077, de 03/12/75, acatando o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, conceder 30 (trinta) dias de prorrogação de prazo, a partir de 29/01/78, ficando alterada, portanto, a conclusão dos serviços objeto do Contrato nº 38/77 para 27/02/78, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais.

3) Processo nº: 415168/78 — Interessado: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS — Assunto: Terceiro Convênio a ser celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal — DER-DF, tendo como interveniente o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras, objetivando regular a Administração e Execução de Obras de Infra-estrutura em Brasília. — RELATORA: Conselheira Walkyria Santos Palhano. DECISÃO: O Conselho, em conformidade com o disposto no Art. 11, Inciso XIII, do Decreto Nº 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto da relatora, decidiu, por unanimidade, aprovar a minuta do Termo de Convênio em epígrafe, fls. 03 a 06, no valor de Cr$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), objetivando regular a Administração e Execução de Obras de Infra-estrutura em Brasília.ENCERRAMENTO: Às doze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Elias de Oliveira Castro, lavrei a presente Ata, que será submetida à aprovação na próxima Reunião Ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, pelo Secretário e pelos Srs. Conselheiros presentes.

Presidente: JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES; Secretário: ELIAS DE OLIVEIRA CASTRO; Conselheiros: ARINO OTON DE LIMA, WALKYRIA SANTOS PALHANO, ARMANDO PONTES, CARLOS ABERTO RIBEIRO DE BRITO, JETHRO BELLO TORRES, GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
TERRACAP

REGIMENTO INTERNO
DA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP

TÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DA ESTRUTURA

Art. 1º _ A Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, é uma Empresa Pública integrante da administração indireta do Distrito Federal, instituída pela Lei 5.861, de 12 de dezembro de 1972, regida pelos Estatutos, aprovados pelo Decreto nº 3.751, por este Regimento e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

Art. 2º - À TERRACAP compete, basicamente, executar as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, objeto de utilização, administração, disposição, incorporação ou alienação de bens.

§ 1º - Compreende-se como execução das atividades imobiliárias do Distrito Federal, a realização de todas as obras e serviços de urbanização, infra-estrutura, obras viárias e outras, em Brasília e nas Cidades Satélites.

§ 2º - Para a execução do disposto no Parágrafo Primeiro, a TERRACAP poderá celebrar convênios e contratos.

Art. 3º - Para a execução de suas atividades específicas e o cumprimento das atividades de administração geral, necessários ao seu apoio, a Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP contará com a seguinte estrutura administrativa:

Assembléia Geral	ASSEG
Conselho de Administração	CONAD
Conselho Fiscal	CONFI
Diretoria	DIRET
Superintendência	SUPER
Secretaria dos Órgãos Colegiados	SECOC
Gabinete	GABIN
Divisão Jurídica	DIJUR
Seção de Contencioso	SETEN
Seção de Consultoria	SESUL
Seção de Contratos	SETRA
Assessoria de Planejamento	ASPLA
Centro de Informações Gerenciais	CIGER
Diretoria Administrativa e Financeira	DIAFI
Comissão de Licitação	COMLI
Comissão de Compra e Contratação	COMIC
Secretaria	SEAFI
Gerência Administrativa	GERAT
Seção de Próprios e Regularização Tributária	SEPRE
Seção de Recursos Humanos	SEREH
Almoxarifado	ALMOX
Seção de Serviços Auxiliares	SESAU
Seção de Transportes	SEPOR
Seção de Comunicação e Arquivo	SECOA
Seção de Reprografia	SEREP
Biblioteca	BIBLI
Gerência Financeira	GEFIN
Seção de Orçamento	SECOR
Seção de Contabilidade	SECON
Tesouraria	TESOU
Seção de Cobrança	SECOB
Seção de Patrimônio	SEPAT
Diretoria Técnica	DITEC
Comissão de Desapropriação	COMDE
Secretaria	SEDIT
Gerência Imobiliária	GERIM
Seção de Arquivo Técnico	SEART
Seção de Registro Imobiliário	SERIM
Seção de Vistoria, Fiscalização e Controle de Imóveis	SEVIC
Gerência de Engenharia e Projetos	GEREP
Seção de Projetos	SEPRO
Seção de Orçamento e Fiscalização de Obras	SEOFI
Seção de Topografia e Cálculos	SETOC
Seção de Desenho	DESES
Diretoria Comercial	DICOM
Comissão de Licitação e Vendas de Imóveis	COLIV
Secretaria	SEDIC
Gerência de Operações Comerciais	GEROC
Seção de Venda por Licitação	SEVEL
Seção de Venda Direta, Doações e Compra de Imóveis	SEVED
Gerência de Pesquisa e Avaliação	GEPEA
Seção de Avaliação	SEAVA
Seção de Pesquisa	SEPES

Parágrafo Único - Os Regimentos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão aprovados em atos próprios, respeitado o disposto no Estatuto da TERRACAP.

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS ORGÂNICAS

CAPÍTULO I

DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO I

DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 4º - À Secretaria dos Órgãos Colegiados, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:

I - coordenar e controlar a elaboração dos instrumentos de comunicação dos Órgãos Colegiados;

II - manter atualizados os fichários, por assunto em andamento das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados, bem como de leis e decretos inerentes aos Órgãos Colegiados;

III - receber, registrar e controlar todos os processos encaminhados à apreciação dos Órgãos Colegiados;

IV - promover a publicação, quando necessária, de atos e outros documentos aprovados em reunião pelos Órgãos Colegiados;

V - manter organizado arquivo de atas, documentos, decisões e resoluções de interesse dos Órgãos Colegiados;

VI - executar todos os trabalhos datilográficos relacionados com os Órgãos Colegiados;

VII - encaminhar os pedidos de diligências solicitadas por membros dos Órgãos Colegiados;

VIII - comunicar a frequência dos membros dos Órgãos Colegiados;

IX - executar outras atividades que lhe forem conferidas.

SEÇÃO II

DA SUPERINTENDÊNCIA

Art. 5º - Ao Gabinete da Superintendência, unidade orgânica diretiva-executiva, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:

I - coordenar e controlar a elaboração dos instrumentos de comunicação do Diretor Superintendente;

II - acompanhar o noticiário da imprensa a respeito da Companhia e promover a necessária divulgação dos atos administrativos;

III - coordenar as visitas oficias do Diretor Superintendente e suas entrevistas com os Órgãos de divulgação;

IV - acompanhar a execução dos atos de interesse da Companhia;

V - colaborar com outros órgãos na elaboração do programa anual e na preparação de conferências, seminários, campanhas publicitárias e exposição de interesse da Companhia;

VI - auxiliar o Diretor Superintendente no desempenho de suas funções;

VII - registrar a correspondência expedida;

VIII - informar a localização de processos em andamento no órgão;

IX - arquivar cópias de documentos e correspondências;

X - executar serviços de datilografia.

Art. 6º - À Divisão Jurídica, unidade orgânica diretiva executiva, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:

I - coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Seções de Contencioso, Consultoria e Contratos;

II - encaminhar ao Centro de Informações Gerencias os boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação, referentes a sua área de atuação;

III - analisar e submeter à apreciação do Diretor Superintendente assuntos relacionados à sua área de atuação;

IV - manter arquivo de pareceres em processos administrativos e decisões correspondentes.

Art. 7º - À Seção de Contencioso, compete:

I - representar e assistir a Empresa em juízo ou fora dele, mediante mandato expresso, na defesa de seus interesses, em qualquer instância, foro ou tribunal;

II - apresentar à Divisão Jurídica, relatórios sobres ações ajuizadas ou contestadas;

III - manter arquivo das cópias de ações e feitos judiciais de interesse da Companhia;

IV - exercer o controle de prazos e andamentos de ações judiciais de interesse da Companhia;

V - providenciar documentos, cópias, autenticações, reconhecimento de firmas e pagamentos de custas judiciais.

Art. 8º - À Seção de Consultoria, compete:

I - realizar estudos, emitir pareceres, prestar assistência às Diretorias em assuntos de natureza jurídica;

II - orientar quanto a implicações de ordem jurídica decorrentes de legislação e jurisprudência;

III - manter arquivo dos pareceres proferidos.

Art. 9º - À Seção de Contratos, compete:

I - elaborar e visar minutas de contratos e convênios, de acordo com resoluções, normas, atos e decisões dos Órgãos Colegiados da Companhia;

II - encaminhar à Divisão Jurídica, para posterior envio ao Centro de Informações Gerenciais, a relação dos lotes que deverão ser excluídos ou cujas reservas devam ser canceladas em função de formalização ou não de venda;

III - manter registro de contratos e convênios elaborados;

IV - controlar os prazos especificados nos contratos de alienação de imóveis;

V - exeminar o conteúdo técnico e legal de contratos, convênios, acordos e outros instrumentos jurídicos;

VI - orientar os responsáveis pelo registro de loteamentos nos cartórios competentes.

Art. 10 - À Assessoria de Planejamento, unidade orgânica de assessoramento superior, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:

I - coordenar e organizar, com base nas propostas das Diretorias, o Plano Anual de Trabalho da Companhia a ser submetido aos Órgãos Colegiados;

II - compatibilizar os programas e projetos da Companhia com as metas e objetivos governamentais, mediante análise de relatórios fornecidos pelo Centro de Informações Gerenciais;

III - acompanhar, analisar e elaborar planos relacionados com as atividades fins da Companhia, mediante relatórios encaminhados pelo Centro de Informações Gerenciais;

IV - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual da Companhia;

V - analisar a execução orçamentária anual de projetos, mediante exame de relatórios encaminhados pelo Centro de Informações Gerenciais;

VI - analisar, elaborar, coordenar e supervisionar o fluxo de serviços das unidades da Companhia com base nos relatórios e informações recebidas do Centro de Informações Gerenciais;

VII - coordenar projetos relativos à organização estrutural e regimental;

VIII - opinar, do ponto de vista técnico, sobre matéria submetida ao seu exame pelo Diretor Superintendente.

Art. 11 - Ao Centro de Informações Gerenciais, unidade orgânica, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:

I - encaminhar ao Centro de Processamento, boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação para processamento de dados;

II - solicitar ao Centro de Processamento, relatórios ou listagens extras, de acordo com as necessidades;

III - analisar, juntamente com o Centro de Processamento, boletins de inclusão, exclusão, alterações e movimentação;

IV - manter em arquivo cópias de relatórios encaminhados às Diretorias;

V - propor a consolidação ou o desmembramento de relatórios, com base na análise dos documentos;

VI - coordenar a inclusão, exclusão, alteração e movimentação do cadastro imobiliário, responsabilizando-se pela sua guarda e permanente atualização;

VII - coletar, analisar e difundir as informações de interesse da Empresa, através das unidades orgânicas.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 12 - À Diretoria Administrativa e Financeira, unidade orgânica de direção superior, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas da Comissão de Licitação, Comissão de Compras e Contratações, da Gerência Administrativa, Gerência Financeira e da Secretaria;

II - elaborar e sugerir normas operativas das atividades administrativas e financeiras;

III - gerir o sistema de informações financeiras e realizar as suas aplicações;

IV - manter sob guarda, bens e valores da companhia ou de terceiros, em custódia ou caução;

V - exercer o controle da despesa e receita, bem como o dos suprimentos de numerários, depósitos, cauções e de outras operações financeiras;

VI - exercer outras atividades que lhe forem conferidas.

Art. 13 - À Comissão de Licitação, diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, compete:

I - proceder ao julgamento das licitações;

II - dar parecer em processos de licitação, alienação ou permuta de bens do patrimônio mobiliário;

III - dar parecer em processos de dispensa de licitação, quando solicitado;

IV - solicitar esclarecimentos técnicos especializodos nas licitações para compra de material e prestação de serviços, quando for o caso.

Art. 14 - À Comissão de Compra e Contratações, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, compete:

I - preparar licitações e os expedientes necessários ao seu julgamento;

II - solicitar esclarecimentos técnicos especializados na compra de material e prestação de serviço, quando for o caso;

III - manter coleção de catálogos, prospectos, mostruários e tabelas de preços apresentados pelos fornecedores;

IV - manter informações sobre tipos, dimensões e qualidade de materiais existentes no mercado;

V - registrar e controlar as penalidades aplicadas aos fornecedores;

VI - instruir processos para aquisição ou contratação, com dispensa de licitação;

VII - providenciar a entrega das Autorizações de Fornecimento aos fornecedores, após a devida autorização;

VIII - arquivar os processos que originaram compras ou contratações, para posterior apreciação do Conselho Fiscal.

Art. 15 - À Gerência Administrativa, unidade orgânica diretiva-executiva, diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, compete:

I - coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Seções de Próprios e Regularização Tributária, Recursos Humanos, Almoxarifado, Serviços Auxiliares, Transportes, Comunicação e Arquivo, Reprografia e Biblioteca;

II - encaminhar ao Centro de Informações Gerenciais, os boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação, referentes à sua área de atuação;

III - analisar e submeter à apreciação da Diretoria Administrativa e Financeira as listagens e relatórios atinentes à sua área de atuação.

Art. 16 - À Seção de Próprios e Regularização Tributária, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

I - propor a elaboração de normas de administração de próprios;

II - manter atualizada a relação de próprios da Companhia, bem como o arquivo dos contratos de locação;

III - instruir processos concernentes a locação, arrendamento ou cessão dos próprios da Companhia;

IV - promover a manutenção e limpeza dos próprios;

V - controlar o cumprimento das obrigações contratuais dos próprios alugados, arrendados ou cedidos;

VI - comunicar-se, para os devidos fins, por intermédio da GERAT, com a Seção de Patrimônio em caso de danos ao patrimônio da Companhia.

a) Relativo a Seguro:

I - instruir processos de pagamento, inclusão, exclusão de seguro dos próprios da Companhia;

II - manter atualizada a relação dos imóveis segurados da Companhia;

III - conferir, fiscalizar e autorizar o recebimento de pagamento relativo à quitação do imóvel em caso de sinistro, morte ou aposentadoria por invalidez;

IV - comunicar e manter atualizado a situação dos contratos dos imóveis segurados;

V - controlar e expedir baixas de hipotecas nos casos de quitação dos imóveis segurados.

b) Relativo à Regularização Tributária:

I - promover o pagamento dos impostos dos imóveis da Companhia;

II - promover o pagamento dos impostos de transmissão de imóveis em fase de incorporação e reincorporação;

III - providenciar a liberação das Certidões Negativas de Tributos Imobiliários, pertinentes aos imóveis em fase de alienação e/ou de reincorporação;

IV - requerer, anualmente, a isenção de impostos referentes aos imóveis em disponibilidade no cadastro imobiliário da Companhia;

V - receber e conferir o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano sobre os imóveis da Companhia (lançamento anual);

VI - promover a reclamação dos lançamentos do IPTU indevidos.

Art. 17 - À Seção de Recursos Humanos, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

I - proceder ao levantamento das necessidades de pessoal e seu aperfeiçoamento;

II - pesquisar o mercado de trabalho;

III - promover o recrutamento e seleção de candidatos a empregos;

IV - convocar os candidatos selecionados;

V - promover treinamento, cursos, estágios, conferências e outras atividades similares, bem como a avaliação de seus resultados;

VI - propor normas sobre admissão e demissão de pessoal;

VII - propor e orientar o cumprimento das normas sobre serviços extraordinários;

VIII - encaminhar ao Centro de Informações Gerenciais, os boletins de inclusão, exclusão, modificação e movimentação referentes ao cadastro e ao pagamento de pessoal.

a) Relativo à Cadastro Funcional:

I - controlar o registro de pessoal em estágio probatório;

II - organizar fichas funcionais para promoção e acesso, de acordo com os critérios estabelecidos, remetendo-os aos Diretores;

III - orientar e controlar o cumprimento das normas sobre admissão de pessoal;

IV - providenciar os atos legais relativos à admissão, demissão, remoção, substituição, designação, dispensa e outros;

V - elaborar normas sobre registro e movimentação de pessoal;

VI - orientar e controlar o cumprimento das normas sobre registro e movimentação de pessoal;

VII - controlar a lotação de pessoal e consolidar sua frequência;

VIII - anotar carteiras profissionais;

IX - promover a aposentadoria;

X - expedir carteiras funcionais;

XI - manter e controlar registro individual dos empregados;

XII - emitir relações exigidas por lei;

XIII - encaminhar, a pedido "ex-ofício", servidores da Companhia a exames médicos periódicos.

b) Relativo à Registro Financeiro:

I - orientar e controlar o cumprimento das normas sobre processamento de pagamento de pessoal;

II - controlar o cumprimento das normas sobre serviços extraordinários;

III - promover a elaboração da folha de pagamento;

IV - preparar documentos para rescisão de contrato de trabalho;

V - preparar a documentação do pagamento de diárias e ajuda de custo;

VI - promover o recolhimento dos descontos obrigatórios e autorizados;

VII - elaborar recibos de pagamentos.

Art. 18 - Ao Almoxarifado, unidade orgânica executiva, diretamente subordinado à Gerência Administrativa, compete:

I - receber, conferir, estocar e distribuir os materiais adquiridos de acordo com as especificações e os prazos de entrega, destinados pela Comissão de Licitação;

II - controlar o recebimento parcelado, quando for o caso;

III - conferir os cálculos, as especificações dos documentos fiscais, comparando-os com as Autorizações de Fornecimento;

IV - solicitar, quando for o caso, parecer técnico para comprovação das especificações dos materiais recebidos;

V - comunicar à Gerência Administrativa o não recebimento de material em desacordo com as especificações;

VI - manter controle físico e financeiro de material em estoque;

VII - emitir pedidos de suprimento de material, com base nos níveis de estoques;

VIII - comunicar à Gerência Administrativa a existência de material inservível ou obsoleto;

IX - manter em arquivo cópias de documentos e correspondências expedidas;

X - propor, orientar e controlar o cumprimento de normas sobre administração de material;

XI - instruir processos de prorrogação de prazos de entrega de material, assim como comunicar à Comissão de Compras e Contratações, a entrega de materiais fora de prazo.

Art. 19 - À Seção de Serviços Auxiliares, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

I - manter os serviços de portaria, vigilância no Edifício Sede, bem como prestar informações devidas;

II - proceder a vigilância nas residências oficiais e demais próprios da Companhia;

III - solicitar a aquisição e o suprimento de gêneros alimentícios necessários ao funcionamento da copa;

IV - zelar pela limpeza de todas as dependências do Edifício Sede;

V - manter em funcionamento os serviços de comunicação da Companhia;

VI - providenciar a correção dos defeitos verificados nas instalações e nas dependências da Companhia, bem como promover as melhorias aconselhadas pelas necessidades do serviço.

Art. 20 - À Seção de Transportes, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

I - organizar e manter atualizado e sob controle o registro de viaturas;

II - emitir termo de recebimento de novas viaturas

incorporadas à frota da Companhia;

III - indicar o motorista responsável pela viatura;

IV - controlar o consumo de combustível e providenciar a manutenção preventiva e corretiva de viaturas;

V - fiscalizar o emplacamento de viaturas;

VI - fiscalizar a documentação de habilitação dos motoristas, exigindo-a sempre em dia;

VII - fiscalizar a posse da documentação dos motoristas quando em serviço;

VIII - opinar sobre aquisição e alienação de viaturas;

IX - providenciar laudos periciais das ocorrências de viaturas, solicitando abertura de inquérito correspondente, sempre que necessário.

Art. 21 - À Seção de Comunicação e Arquivo, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

a) Relativo a Protocolo:

I - receber, autuar e distribuir processos, requerimentos, ofícios e correspondências em geral;

II - expedir a correspondência da Companhia;

III - organizar e manter fichários nominais e numéricos de controle da movimentação de documentos e processos;

IV - prestar informações sobre a tramitação de processos.

b) Relativo a Arquivo:

I - receber, classificar, guardar e conservar processos e outros documentos;

II - atender a pedidos de remessa de processos;

III - efetuar as juntadas solicitadas em processos;

IV - desarquivar processos e documentos;

V - desentranhar documentos e processos;

VI - selecionar, classificar, avaliar e propor a eliminação de processos e documentos considerados inservíveis;

VII - arquivar cópias de documentos e correspondências expedidas;

VIII - anexar e desanexar processos.

c) Relativo a Comunicação:

I - providenciar as ligações telefônicas internas e urbanas;

II - providenciar as ligações interurbanas quando autorizadas;

III - receber, anotar e transmitir recados.

Art. 22 - À Seção de Reprografia, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

I - proceder à reprodução de documentos e impressos utilizados na Companhia;

II - efetuar o controle dos serviços executados;

III - promover a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos sob a sua responsabilidade;

IV - proceder à encardenação e ao acabamento de material reproduzido, sempre que solicitado;

V - organizar e manter em arquivo as matrizes dos originais.

Art. 23 - À Biblioteca, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Administrativa, compete:

I - registrar, controlar e manter o acervo bibliográfico da Companhia;

II - estimular o crescimento do acervo bibliográfico, promovendo aquisições, doações ou permutas;

III - controlar o empréstimo do acervo bibliográfico, através de regulamentação própria;

IV - difundir, entre as unidades da Companhia, o acervo bibliográfico, através de boletins periódicos endereçados aos usuários;

V - organizar o registro das assinaturas de revistas e periódicos, promovendo a regular distribuição das publicações;

VI - manter intercâmbio com Bibliotecas e Centros de Documentação, no sentido de ampliar suas coleções;

VII - catalogar e classificar os documentos de acordo com as normas adotadas pela Biblioteca;

VIII - catalogar e classificar analiticamente os periódicos;

IX - executar o inventário anual do acervo;

X - zelar pela manutenção, conservação e segurança do acervo bibliográfico.

Art. 24 - À Gerência Financeira, unidade orgânica diretiva-executiva, diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, compete:

I - coordenar e controlar a execução das competências específicas e genéricas das Seções de Orçamento, Contabilidade, Tesouraria, Cobrança e Patrimônio;

II - encaminhar ao Centro de Informações Gerenciais, os boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação, referentes à sua área de atuação;

III - analisar e submeter à apreciação da Diretoria Administrativa e Financeira, as listagens e relatórios atinentes à sua área de atuação.

Art. 25 - À Seção de Orçamento, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Financeira, compete:

I - controlar a liquidação da despesa;

II - efetuar a emissão de Autorização de Pagamento de acordo com a disponibilidade dos créditos orçamentários, encaminhando as respectivas vias às demais unidades interessadas;

III - providenciar boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação da execução orçamentária;

IV - fornecer elementos para estimativa das receitas e fixação das despesas;

V - registrar os créditos orçamentários, alterações, anulações e retificações de despesas empenhadas;

VI - examinar e conferir processos de licitação ou originários de despesa;

VII - efetuar o registro das despesas;

VIII - registrar e acompanhar a execução orçamentária;

IX - controlar as despesas efetuadas por estimativa ou globais;

X - elaborar demonstrativos da execução orçamentária;

XI - proceder a anulação ou a retificação de Autorização de Pagamento;

XII - analisar e classificar a despesa a ser empenhada;

XIII - proceder à conciliação das contas orçamentárias;

XIV - sugerir alterações orçamentárias;

XV - instruir processos de solicitação de pagamento;

XVI - examinar e conferir processos de aquisição e de pagamento;

XVII - processar a liquidação de compromissos.

Art. 26 - À Seção de Contabilidade, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Financeira, compete:

I - elaborar e propor as alterações do Plano de Contas;

II - orientar e controlar o cumprimento do Plano de Contas;

III - providenciar para o Centro de Informações Gegenciais, os boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação contábil;

IV - receber do Centro de Informações Gerenciais as listagens, prévias e relatórios atinentes aos registros contábeis;

V - elaborar balancetes, balanços e demonstrativos de natureza financeira, econômica e patrimonial;

VI - responsabilizar-se por toda parte fiscal, bem como pela escrituração dos livros competentes;

VII - elaborar semestralmente os balanços patrimoniais, financeiros e econômicos;

VIII - manter em arquivo documentos e correspondências expedidas e recebidas;

IX - conferir mediante registro contábil, o inventário físico-financeiro dos bens patrimoniais.

a) Relativo à Classificação e Lançamento:

I - receber, conferir e classificar de acordo com o Plano de Contas, as operações realizadas e suas relações de débito e crédito;

II - proceder à tomada de contas de responsáveis por bens e valores;

III - promover e executar o controle físico dos lotes incorporados;

IV - promover a baixa do realizável dos lotes alienados;

V - conferir os demonstrativos das incorporações e baixas fornecidas pelo Centro de Informações Gerenciais;

VI - proceder à atualização contábil das alterações financeiras do estoque de material do Almoxarifado, por ocasião do inventário.

b) Relativo à Conciliação e Análise:

I - realizar a conciliação bancária;

II - manter controle dos cheques emitidos;

III - controlar e contabilizar as baixas de convênios e contratos firmados pela Companhia com órgão do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal e outros;

IV - controlar analiticamente e contabilizar as cauções depositadas;

V - conciliar e analisar as contas financeiras;

VI - receber e conferir os avisos de crédito/débito e encaminhá-los, posteriormente, ao Setor de Classificação e Lançamento.

Art. 27 - À Tesouraria, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Financeira, compete:

I - receber valores;

II - depositar valores recebidos;

III - registrar títulos recebidos;

IV - colher assinaturas em cheques e valores de créditos emitidos;

V - efetuar pagamentos;

VI - preparar documentos para a elaboração do movimento de caixa;

VII - elaborar movimento de caixa;

VIII - elaborar relação de cheques emitidos e dos cancelados;

IX - elaborar demonstrativo de disponibilidade financeira;

X - manter arquivo de procurações, contratos sociais ou equivalentes;

XI - elaborar relação de pagamentos efetuados.

Art. 28 - À Seção de Cobrança, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Financeira, compete:

I - proceder a entrega dos respectivos carnês aos prestamistas;

II - expedir cartas de cobrança aos prestamistas em atraso, conforme relatório;

III - manter arquivo de documentos e correspondências expedidas;

IV - controlar a arrecadação relativa a venda de bens;

V - controlar o ressarcimento de danos causados ao patrimônio da Companhia;

VI - calcular juros, multas e correção monetária.

Art. 29 - À Seção de Patrimônio, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Financeira, compete:

I - propor a elaboração de normas sobre administração patrimonial;

II - orientar e controlar o cumprimento de normas sobre administração patrimonial;

III - promover a avaliação ou valorização dos bens patrimoniais;

IV - realizar a programação e inspeção patrimonial nas diversas dependências da Companhia, dando ciência à Gerência Financeira sobre as irregularidades encontradas;

V - encaminhar à Seção de Contabilidade, relação patrimonial atualizada e corrigida, para fins de balanço;

VI - providenciar para o Centro de Informações Gerenciais, os boletins de inclusão, exclusão e alteração do cadastro patrimonial;

VII - fiscalizar a utilização dos bens patrimoniais;

VIII - fiscalizar a aplicação de medidas de segurança e conservação dos bens patrimoniais;

IX - cumprir e fazer cumprir normas, instruções, resoluções e regulamentos expedidos pelos órgãos de direção superior;

X - providenciar, para modificação no cadastro patrimonial, os índices de depreciação, corre

ção da depreciação e depreciação da correção, conforme prescrito em lei;

XI - promover a alienação dos bens recolhidos e inservíveis;

XII - guardar as certidões de escrituras, contratos de locação e demais instrumentos relativos aos bens patrimoniais da Companhia.

a) Relativo à Tombamento e Controle:

I - levantar, classificar e numerar os bens patrimoniais;

II - registrar as operações patrimoniais;

III - recolher ou promover o recolhimento de materiais inservíveis e sucatas;

IV - promover a baixa dos bens patrimoniais alienados, inservíveis e sucatas;

V - guardar os documentos relativos a equipamentos, móveis, viaturas e utensílios da Companhia;

VI - atribuir e controlar responsabilidades pela guarda e manutenção de bens patrimoniais;

VII - providenciar, para controle patrimonial e inclusão no cadastro, relação dos bens móveis com o nome de cada detentor direto, para emissão do termo de responsabilidade, bem como as alterações prevenientes de remanejamento;

VIII - executar outras atividades que lhe forem conferidas.

CAPÍTULO II
DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS
SEÇÃO I
DA DIRETORIA TÉCNICA

Art. 30 - À Diretoria Técnica, unidade orgânica de direção superior, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Gerências Imobiliária e de Engenharia e Projetos, da Secretaria e da Comissão de Desapropriação;

II - elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades que lhe são afetas;

III - elaborar e propor estudos e projetos de criação de novos loteamentos e remanejamento dos já existentes;

IV - elaborar projetos de engenharia e arquitetura de interesse da Companhia;

V - emitir parecer técnico sobre assuntos relacionados com o patrimônio imobiliário da Companhia e outros de seu interesse específico;

VI - registrar e arquivar os documentos relativos à propriedade de imóveis da Companhia;

VII - fiscalizar, vistoriar e efetuar perícias técnicas em obras de interesse da Companhia e imóveis de sua propriedade;

VIII - instruir processos de desapropriação de imóveis.

Art. 31 - À Comissão de Desapropriação, diretamente subordinada à Diretoria Técnica, compete:

I - examinar processos e emitir pareceres técnicos leais sobre desapropriações de terras de interesse do Governo do Distrito Federal, quando por delegação de competência couber à TERRACAP, procedendo da mesma forma naqueles de seu próprio interesse;

II - proceder ao levantamento dominial, verificando a procedência e legitimidade dos títulos para fins de desapropriação consensual ou contenciosa, constatada a sua viabilidade;

III - promover o levantamento topográfico das terras e sua classificação;

IV - elaborar memorial descritivo e planta da situação de cada área desapropriada;

V - promover o tombamento e avaliação das benfeitorias, observando-se as normas reguladoras em vigência;

VI - proceder a instrução processual dos processos desapropriatórios, a nível de consensual ou de demanda;

VII - instruir procedimentos de demarcação, divisão de terras, bem como aviventação de rumos;

VIII - exercer outras atividades, de pertinência, que lhe forem conferidas.

Art. 32 - À Gerência Imobiliária, unidade orgânica direta-executiva, diretamente subordinada à Diretoria Técnica, compete:

I - coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Seções de Arquivo Técnico, Registro Imobiliário e Vistoria, Fiscalização e Controle de Imóveis;

II - encaminhar ao Centro de Informações Gerenciais, os boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação, referentes à sua área de competência;

III - analisar e submeter à apreciação da Diretoria Técnica, as listagens e relatórios atinentes à sua área de atuação.

Art. 33 - À Seção de Arquivo Técnico, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Imobiliária, compete:

I - registrar e arquivar em fichas individuais as características das unidades imobiliárias;

II - caracterizar, quando solicitado, as unidades imobiliárias;

III - promover a consolidação das plantas de criação de novas unidades imobiliárias;

IV - arquivar as plantas gerais consolidadas;

V - providenciar boletins periódicos de informações relacionadas com as mutações sofridas pelas unidades imobiliárias registradas.

Art. 34 - À Seção de Registro Imobiliário, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Imobiliária, compete:

I - analisar e controlar todos os projetos relativos à criação ou alteração de lotes ou de loteamentos e de incorporações imobiliárias;

II - elaborar memoriais de criação ou alteração de lotes ou loteamentos e de incorporações imobiliárias para fins de depósito e consequente registro em cartório;

III - promover o registro em cartório de imóveis adquiridos pela Companhia;

IV - manter arquivo de todos memoriais registrados, devidamente catalogados;

V - manter em arquivo documentos e correspondências expedidas.

Art. 35 - À Seção de Vistoria, Fiscalização e Controle de Imóveis, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência Imobiliária, compete:

I - efetuar vistorias nos imóveis de propriedade ou sob administração da Empresa;

II - fiscalizar os imóveis de propriedade ou sob administração da Empresa;

III - solicitar providências visando a reintegração judicial dos imóveis de propriedade ou sob administração da Empresa;

IV - acompanhar a execução dos processos de reintegração de posse autorizadas.

Art. 36 - À Gerência de Engenharia e Projetos, unidade orgânica diretiva-executiva, diretamente subordinada à Diretoria Técnica, compete:

I - coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Seções de Projetos, de Fiscalização e Orçamento de Obras, de Topografia e Cálculos e de Desenho;

II - analisar e submeter à apreciação da Diretoria Técnica, as listagens e relatórios atinentes à sua área de atuação;

III - encaminhar ao Centro de Informações Gerenciais, os boletins de inclusão, exclusão, alteração e movimentação, referentes à sua área de atuação.

Art. 37 - À Seção de Projetos, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Engenharia e Projetos, compete:

I - elaborar projetos arquitetônicos e de urbanismo;

II - elaborar as especificações técnicas para execução dos projetos;

III - manter em arquivo documentos e correspondências expedidas.

Art. 38 - À Seção de Orçamento e Fiscalização de Obras, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Engenharia e Projetos, compete:

I - elaborar orçamentos de obras;

II - elaborar cronograma físico-financeiro e acompanhar a execução das obras;

III - inspecionar, fiscalizar, vistoriar e executar perícias técnicas em obras de responsabilidade da Companhia;

IV - supervisionar a execução dos contratos de obras e convênios assinados pela Companhia;

V - vistoriar imóveis em construção ou já construídos para efeitos de cumprimento de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia;

VI - manter em arquivo documentos e correspondências expedidas.

Art. 39 - À Seção de Desenho, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Engenharia e Projetos, compete elaborar desenhos técnicos e gráficos.

Art. 40 - À Seção de Topografia e Cálculo, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Engenharia e Projetos, compete:

a) Relativo à Topografia:

I - efetuar levantamentos topográficos;

II - efetuar demarcações de unidades imobiliárias e loteamentos;

III - efetuar perícias técnicas;

IV - manter em arquivo documentos e correspondências expedidas.

b) Relativo à Cálculos:

I - efetuar cálculos topográficos e geodésicos;

II - manter em arquivo documentos e correspondências expedidas.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA COMERCIAL

Art. 41 - À Diretoria Comercial, unidade orgânica de direção superior, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas da Comissão de Licitação de Venda de Imóveis, das Gerências de Operações Comerciais, Avaliação e Pesquisa de Mercado e da Secretaria;

II - elaborar e propor normas operativas das atividades da Companhia;

III - gerir o sistema de informações comerciais e realizar suas operações;

IV - exercer o controle da disponibilidade dos imóveis da Companhia.

Art. 42 - À Comissão de Licitação de Venda de Imóveis, diretamente subordinada à Diretoria Comercial, compete:

I - realizar as reuniões de licitação e lavrar as atas;

II - verificar os documentos dos proponentes compradores, de conformidade com as normas pré-estabelecidas;

III - emitir parecer conclusivo sobre as propostas apresentadas;

IV - encaminhar processos julgados ao Diretor Comercial para fins de homologação pela Diretoria Colegiada.

Art. 43 - À Gerência de Operações Comerciais, unidade orgânica diretiva-executiva, diretamente subordinada à Diretoria Comercial, compete:

I - coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Seções de Venda por Licitação e de Venda Direta, Doações e Compra de Imóveis;

II - encaminhar ao Centro de Informações Gerenciais, os boletins de reserva de áreas referentes aos imóveis constantes da relação de disponíveis.

Art. 44 - À Seção de Venda por Licitação, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Operações Comerciais, compete:

I - relacionar, para apreciação superior, lotes a serem vendidos em licitação, de acordo com a programação de venda da Companhia;

II - elaborar minutas de Editais de Licitação de Imóveis;

III - providenciar boletins de reserva e alteração de áreas, referentes às operações em fase de realização;

IV - manter arquivo de documentos e correspondências expedidas.

Art. 45 - À Seção de Venda Direta, Doações e Compra de Imóveis, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Operações Comerciais, compete:

I - receber propostas relativas à aquisição, locação ou venda de imóveis;

II - instruir processos de aquisição, locação e venda de imóveis;

III - instruir processos de doação de lotes ao Distrito Federal e à União;

IV - providenciar boletins de reserva e alteração de áreas, referentes às operações em fase de realização;

V - manter arquivo de documentos e correspondências expedidas.

Art. 46 - À Gerência de Pesquisa e Avaliação, unidade orgânica diretiva-executiva, diretamente subordinada à Diretoria Comercial, compete:

I - coordenar e controlar o exercício das competências específicas e genéricas das Seções de Pesquisa e de Avaliação;

II - examinar assuntos pertinentes a pesquisas e avaliações;

III - encaminhar os boletins de inclusão, exclusão, modificação e movimentação, referentes à sua área de atuação;

IV - manter arquivo de documentos e correspondências expedidas.

Art. 47 - À Seção de Pesquisa, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Pesquisa e Avaliação, compete:

I - efetuar pesquisas dos valores de transações realizadas no mercado imobiliário;

II - efetuar pesquisas da intensidade da oferta e procura no mercado imobiliário.

Art. 48 - À Seção de Avaliação, unidade orgânica executiva, diretamente subordinada à Gerência de Pesquisa e Avaliação, compete:

I - propor normas para avaliação;

II - efetuar análise das pesquisas;

III - efetuar composição trimestral de valores bases dos imóveis no Distrito Federal;

IV - verificar as condições das unidades imobiliárias para avaliação;

V - elaborar laudos de avaliação.

SEÇÃO III

DAS SECRETARIAS DAS DIRETORIAS

Art. 49 - Às Secretarias das Diretorias, unidades orgânicas executivas, compete a execução das seguintes atividades de administração geral, relativas aos órgãos a que estiverem subordinadas:

I - relacionar-se com os demais órgãos de administração geral;

II - elaborar a previsão da necessidade de material;

III - requisitar materiais;

IV - registrar a correspondência expedida;

V - informar a localização de processos em andamento no órgão;

VI - manter acervo documental e bibliográfico de interesse específico;

VII - arquivar cópias de documentos e correspondências;

VIII - executar serviços de datilografia;

IX - promover a extração de cópias de documentos oficiais;

X - controlar a tramitação de processos.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES GENÉRICAS

Art. 50 - A todas as unidades orgânicas da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, compete:

I - distribuir e controlar os serviços de seus respectivos órgãos;

II - sugerir ou adotar medidas necessárias à melhoria da execução de suas atividades;

III - elaborar os atos relativos às suas respectivas competências;

IV - manter e conservar o material permanente necessário aos seus serviços;

V - fiscalizar o uso do material de consumo;

VI - executar serviços auxiliares necessários ao cumprimento de atividades próprias;

VII - elaborar e propor à unidade a que estiver subordinado, a sua programação administrativa anual ou plurianual;

VIII - elaborar relatórios de suas atividades;

IX - cumprir e fazer cumprir normas, instrumentos, resoluções e regulamentos expedidos pelos órgãos de direção superior;

X - executar outras atividades que lhe forem conferidas.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES E DOS TITULARES DE EMPREGO EM COMISSÃO

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR SUPERINTENDENTE

Art. 51 - Ao Diretor Superintendente cabe desempenhar as seguintes atribuições previstas no Estatuto Social, e em especial:

I - assegurar a execução das deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria;

II - definir a política geral da Companhia e assegurar sua execução;

III - autorizar despesas e prover os meios para sua execução;

IV - baixar portarias, ordens de serviço e instruções.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES

Art. 52 - Aos Diretores cabe desempenhar as seguintes atribuições previstas no Estatuto, e em especial:

I - despachar com o Diretor Superintendente;

II - baixar ordens de serviço dentro de sua área de competência;

III - assinar o expediente de sua Diretoria e o que lhe for atribuído por delegação;

IV - propor ao Diretor Superintendente o preenchimento de cargos em comissão e admissão de pessoal, bem como elogios, penalidades e demissões de servidores de sua subordinação;

V - zelar pela ordem e regularidade, bem como disciplinar os trabalhos sob sua direção;

VI - autorizar a movimentação do pessoal de sua Diretoria;

VII - responder, perante a Diretoria Colegiada, pela execução das atividades de sua Diretoria;

VIII - propor a instauração de sindicância ou inquérito destinados a apuração de irregularidades encontradas no âmbito da respectiva Diretoria

§ 1º - Além das atribuições comuns previstas neste Artigo, cabe ao Diretor Administrativo e Financeiro desempenhar as seguintes atribuições específicas:

I - requisitar talões de cheques e endossar aqueles destinados a depósitos em estabelecimentos bancários;

II - submeter à Diretoria proposta para alienação de material inservível ou obsoleto no âmbito da Companhia;

III - assinar com o Diretor Superintendente cheques e autorizações de pagamento, bem como contratos e convênios relacionados a sua área de atuação.

§ 2º - Além das atribuições comuns previstas neste Artigo, cabe ao Diretor Comercial:

I - submeter à Diretoria, indicação de nomes para compor a Comissão de Licitação para Compra e Venda de Imóveis;

II - assinar com o Diretor Superintendente escrituras de compra, venda e doações de imóveis, contratos e outros documentos que envolvam operações comerciais.

§ 3º - Além das atribuições comuns previstas neste Artigo, cabe ao Diretor Técnico assinar com o Diretor Superintendente contratos ou convênios de obras ou serviços que envolvam operações técnicas.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 53 - Ao Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - preparar a agenda das reuniões dos Órgãos Colegiados;

II - secretariar e anotar o resumo dos trabalhos e discussões das reuniões dos Órgãos Colegiados e lavrar as respectivas atas.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES DE GABINETE, DA DIVISÃO JURÍDICA, DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DO CENTRO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Art. 54 - Ao Chefe do Gabinete do Diretor Superintendente, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - despachar com o Diretor Superintendente;

II - receber e orientar as pessoas que procurarem o Diretor Superintendente;

III - manter entendimentos com entidades públicas ou privadas, segundo orientação do Diretor Superintendente;

IV - assinar a correspondência expedida pelo Gabinete e o que lhe for atribuído por delegação;

V - zelar pelo regime disciplinar e propor as providências legais ou regulamentares nos casos de indisciplina ou omissão no âmbito do Gabinete;

VI - encaminhar ao Diretor Superintendente assuntos, processos e correspondências cuja solução dependa de sua apreciação;

VII - distribuir e controlar os serviços do Gabinete;

VIII - propor a instauração de sindicância e/ou inquérito administrativo para apuração de irregularidades verificadas no âmbito do Gabinete;

IX - conceder férias aos servidores lotados no Gabinete e decidir sobre escalas de propostas.

Art. 55 - Ao Chefe da Divisão Jurídica, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - despachar com o Diretor Superintendente;

II - prestar assessoramento jurídico ao Diretor Superintendente;

III - aprovar pareceres a serem encaminhados à Superintendência e encaminhar minutas de convênios e contratos;

IV - aprovar minutas de escrituras;

V - assistir aos Diretores nas assinaturas de escrituras, contratos e convênios.

Art. 56 - Ao Chefe da Assessoria de Planejamento, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - despachar com o Diretor Superintendente;

II - prestar assessoramento técnico ao Diretor Superintendente;

III - diagnosticar a situação social, econômica e administrativa da Companhia;

IV - analisar as metas propostas para a consecução dos objetivos da Companhia;

V - examinar, selecionar e indicar alternativas para aprovação de programas;

VI - apresentar programas e estudos sobre a expansão da Companhia.

Art. 57 - Ao Chefe do Centro de Informações Gerenciais, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - despachar com o Diretor Superintendente;

II - coordenar e controlar a tramitação do fluxo de informações entre o Centro de Processamento de Dados e as diversas unidades orgânicas da Companhia;

III - manter sistema de segurança das informações expedidas e recebidas do Centro de Processamento;

IV - orientar, em assuntos de sua competência, as demais unidades da Companhia;

V - opinar, do ponto de vista técnico, sobre matéria submetida ao seu exame;

VI - manter sob a sua responsabilidade o comando da expedição, em tempo hábil, pelo Centro de Processamento de Dados, das listagens prévias e relatórios de saída.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS GERENTES

Art. 58 - Aos Gerentes, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - despachar com o Diretor a que estiverem subordinados;

II - orientar os chefes das unidades que lhe são subordinadas;

III - propor a designação ou dispensa de ocupantes de cargos de comissão que lhes são diretamente subordinados;

IV - sugerir ou adotar medidas necessárias às melhorias das atividades que lhe são afetas;

V - apresentar relatórios das atividades dos órgãos das suas respectivas áreas.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 59 - Aos Chefes de Seção, compete:

I - despachar com seu chefe imediato;

II - orientar e fiscalizar os serviços a cargo de sua unidade;

III - rever os expedientes encaminhados a seus superiores hierárquicos;

IV - propor elogios e penalidades ao pessoal que lhe for subordinado.

Art. 60 - Aos Chefes de Secretarias, compete:

I - distribuir os serviços pelos seus auxiliares;

II - proceder a revisão dos serviços datilográficos;

III - assinar requisições de material de consumo necessário aos serviços;

IV - propor ao chefe imediato a escala de férias do pessoal lotado na Secretaria.

Art. 61 - Aos Assessores, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - prestar assessoramento à Superintendência e à Diretoria a que estiverem subordinados, em assuntos que lhes forem confiados;

II - manter entendimentos com entidades públicas ou privadas, segundo orientação do Diretor a que estiver subordinado;

III - representar o Diretor quando designado;

IV - elaborar pareceres, relatórios e desempenhar outras tarefas que lhes forem conferidas.

Art. 62 - Aos Assistentes de Gerência, incumbe:

I - coordenar e supervisionar, por delegação, unidades organizacionais;

II - assistir ao chefe imediato nos despachos de processos;

III - despachar, por delegação, processos de interesse da Gerência.

Art. 63 - Ao Presidente da Comissão de Compra e Contratação, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - receber os processos referentes à aquisição de materiais e contratação de serviços;

II - supervisionar os trabalhos realizados pela Comissão;

III - emitir parecer em processos de aquisição e contratação;

IV - cumprir as normas determinadas pelos Órgãos Colegiados da Companhia.

Art. 64 - Aos Secretários, cabe desempanhar as seguintes atribuições:

I - minutar ofícios, memorandos, cartas e telegramas;

II - preparar a agenda dos respectivos chefes;

III - atender e encaminhar as pessoas que desejam comunicar-se com os respectivos chefes;

IV - desempenhar outras atribuições que lhes forem conferidas.

Art. 65 - Ao Secretário da Comissão de Licitação de Venda de Imóveis, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - receber os processos referentes às licitações de imóveis, comunicando aos membros da Comissão;

II - cumprir as determinações da Comissão;

III - secretariar os trabalhos de licitação de imóveis, lavrando as respectivas atas.

Art. 66 - Ao Secretário da Comissão de Licitação, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - receber os processos referentes às licitações de compra de materiais e contratações, comunicando aos membros da Comissão.

II - cumprir as determinações da Comissão de Licitação;

III - secretariar os trabalhos de licitação de compra de material e contratações, lavrando os respectivos atos;

IV - exercer outras atividades que lhe forem conferidas.

Art. 67 - Aos Representantes junto à Administração Regional, subordinados ao Diretor Superintendente, cabe o desempenho das seguintes atribuições:

I - prestar assessoramento à Superintendência e às Diretorias em todos os assuntos relacionados com as Administrações Regionais;

II - elaborar pareceres, relatórios e desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas.

Art. 68 - Ao Administrador de Próprios, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Próprios e Regularização Tributária, cabe o desempenho das seguintes atribuições:

I - dirigir, coordenar e controlar o funcionamento de próprios sob sua administração;

II - observar, fazer cumprir e respeitar o regulamento interno do Próprio, aprovado pela Diretoria da TERRACAP;

III - fiscalizar a limpeza e conservação do próprio administrado, solicitando as providências necessárias ao bom desempenho dessas atribuições;

IV - ter sob sua guarda e responsabilidade, os bens imóveis do próprio;

V - encaminhar, por intermédio da Seção de Próprios e Regularização Tributária, relatórios periódicos com todas as ocorrências relacionadas ao funcionamento do próprio sob sua administração.

Art. 69 - Ao Encarregado do Protocolo, diretamente subordinado à Seção de Comunicação e Arquivo, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alínea "a" do artigo 21.

Art. 70 - Ao Encarregado do Arquivo, diretamente subordinado à Seção de Comunicação e Arquivo, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alíena "b" do artigo 21.

Art. 71 - Ao Encarregado de Comunicação, diretamente subordinado à Seção de Comunicação e Arquivo, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alíena "c" do artigo 21.

Art. 72 - Ao Encarregado do Cadastro Funcional, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Recursos Humanos, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alínea "a" do artigo 17.

Art. 73 - Ao Encarregado do Registro Financeiro, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Recursos Humanos, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para a execução das competências previstas na alínea "b" do artigo 17.

Art. 74 - Ao Encarregado de Seguro, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Próprios e Regularização Tributária, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alínea "a" do artigo 16.

Art. 75 - Ao Encarregado da Regularização Tributária, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Próprios e Regularização Tributária, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alíena "b" do artigo 16.

Art. 76 - Ao Encarregado de Tombamento e Fiscalização, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Patrimônio, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alínea "a" do artigo 29.

Art. 77 - Ao Encarregado da Classificação de Lançamento, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Contabilidade, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alínea "a" do artigo 26.

Art. 78 - Ao Encarregado da Conciliação e Análise, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Contabilidade, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alíena "b" do artigo 26.

Art. 79 - Ao Encarregado de Topografia, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Topografia e Cálculo, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alíena "a" do artigo 40.

Art. 80 - Ao Encarregado de Cálculos, diretamente subordinado ao Chefe da Seção de Topografia e Cálculo, cabe dirigir o pessoal no trabalho, para execução das competências previstas na alínea "b" do artigo 40.

CAPÍTULO VII
DAS ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS DOS OCUPANTES DE CARGOS DE CHEFIA

Art. 81 - Além das atribuições previstas neste Regimento, cabe aos ocupantes de cargos de chefia:

I - zelar pelo regime disciplinar e propor as providências legais ou regulamentares nos casos de indisciplina ou omissão, no âmbito de sua competência;

II - assinar a correspondência expedida pela unidade a que lhe for atribuída por delegação;

III - elaborar e propor escalas de férias dos servidores sob sua responsabilidade e controlar sua frequência;

IV - propor a instauração de sindicância ou inquérito para apuração de irregularidades no âmbito de sua competência;

V - cumprir e fazer cumprir normas, instruções, resoluções e regulamentos expedidos pelos órgãos de direção superior;

VI - distribuir, coordenar e controlar a execução das tarefas da respectiva unidade;

VII - manter em arquivo os documentos e correspondências expedidas e recebidas;

VIII - responder perante o chefe imediato pela execução adequada das atividades de suas respectivas unidades;

IX - elaborar e propor ao chefe imediato o programa de trabalho da respectiva unidade;

X - exercer outras atividades que lhes forem conferidas.

TÍTULO IV
DAS VINCULAÇÕES TÉCNICAS E NORMATIVAS E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 82 - Para fins de orientação normativa, controle técnico e fiscalização de que trata o Parágrafo Único do Artigo 13, da Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964, os Órgãos da Companhia abaixo relacionados, obedecerão as seguintes vinculações externas:

I - o Gabinete do Diretor Superintendente, à Coordenação do Sistema de Comunicação Social do Gabinete Civil do Governador;

II - a Divisão Jurídica, à Procuradoria Geral do Distrito Federal;

III - a Assessoria de Planejamento, às Coordenações do Sistema de Planejamento, de Orçamento e de Modernização Administrativa da Secretaria do Governo;

IV - a Diretoria Administrativa e Financeira, com os seguintes Órgãos:

a) da Secretaria de Administração:

1) Coordenação do Sistema de Pessoal;

2) Coordenação do Sistema de Material;

3) Coordenação do Sistema de Transportes Internos;

4) Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa;

5) Coordenação do Sistema de Administração de Próprios.

b) da Secretaria de Finanças:

1) Coordenação do Sistema de Contabilidade;

2) Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial.

c) da Secretaria do Governo:

1) Coordenação do Sistema de Planejamento;

2) Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 83 - As vinculações de que trata este Título serão exercidas sem prejuízo das subordinações hierárquicas respectivas.

Art. 84 - Serão substituídos, em seus impedimentos eventuais ou temporários, até 30 (trinta) dias, os ocupantes de emprego em comissão, por servidores previamente designados pelo Diretor Superintendente.

Parágrafo Único - Haverá sempre, servidores designados para as substituições de que trata este Artigo.

Art. 85 - As unidades orgânicas funcionarão em regime de mútua colaboração, respeitadas as competências regimentais.

Art. 86 - As dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão dirimidas pela Diretoria Colegiada.

Art. 87 - Poderá ser criado, por decisão do Diretor Superintendente, Grupo de Trabalho para levantamento, organização, controle e execução de atividades da Companhia.

Art. 88 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sessão nº: 340
Decisão nº: 108
Processo nº: 694.804/77
Referência: LOJA MAÇÔNICA «ESTRELA DE BRASÍLIA»

DECISÃO

O Conselho, com o voto do Relator, RESOLVE aprovar o preço mínimo no valor de Cr$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil cruzeiros), para o imóvel denominado: Lote 01 - Templo EA/4/5 - SHC /AO/SUL. fixando-se o prazo de validade em até 90 (noventa) dias, contados desta Decisão

Relator: Conselheiro FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES - Presidente; FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA - Membro; MARCIO VIEIRA - Membro; DARIO DÉLIO CARDOSO - Membro; ARMANDO COLAVOLPE - Membro; JÚLIO CÉSAR DE ROSE - Membro.

Sessão nº: 342
Realizada em: 02.03.78
Decisão nº: 148
Processo nº: 11.285/75
Referência: YUSUF & ABDEL LTDA

DECISÃO

O Conselho, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a não proposição da Ação de Retrovenda contra a firma YUSUF & ABDEL LTDA, relativa aos lotes nºs. 34 e 36, do Bloco 04, do Setor Central Comercial da Cidade Satélite do Gama, pelo fato de que, a obra se encontra concluída e habitada, faltando apenas a apresentação da Carta de Habite-se.
Relator: Conselheiro DALMO PIMENTEL DOS SANTOS

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente

DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
MARCIO VIEIRA
Membro
DALMO RIMENTEL DOS SANTOS
Membro
ARMANDO COLAVOLPE
Membro
JULIO CESAR DE ROSE
Membro
LUIZ PITON PINTO
Membro

Sessão nº: 343
Realizada em: 06.03.78
Decisão nº: 181
Processo nº: 695.022/77
Referência: CODIPE — CIA DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E VEÍCULOS
Solicita área no SCV

DECISÃO

O Conselho, com o voto do Relator, RESOLVE aprovar o preço global no valor de Cr$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), para o imóvel denominado: Lotes 09 e 11 do Setor de Concessionárias de Veículos, fixando-se o prazo de validade em até 90 (noventa) dias, contados desta Decisão.
Relator: Conselheiro DALMO PIMENTEL DOS SANTOS

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
MÁRCIO VIEIRA
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
ARMANDO COLAVOLPE
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
JULIO CESAR DE ROSE
Membro

Sessão nº: 344
Realizada em: 09.03.78
Decisão nº: 214
Processo nº: 685.738/77
Referência ELIAS NUNES MESQUITA
Regularização de terreno

DECISAO

O Conselho, com o voto do Relator, RESOLVE, aprovar o preço mínimo no valor de Cr$ 34.840,16 (trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e dezesseis centavos), para o imóvel denominado: Lote nº. 08, Quadra 02, Setor Oeste Comercial — CS/GAMA, fixando-se o prazo de validade em até 90 (noventa) dias, contados desta Decisão.

Relator: Conselheiro JULIO CESAR DE ROSE

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente

ARMANDO COLAVOLPE
Membro
JULIO CESAR DE ROSE
Membro
DARIO DELIO CARDOSO
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

Sessão nº: 344
Realizada em: 09.03.78
Decisão nº: 215
Processo nº: 686.242/77
Referência: JOAO DA SILVA LEITE
Regularização de área

DECISAO

O Conselho, com o voto do Relator, RESOLVE aprovar o preço mínimo no valor de Cr$ 53.804,80 (cinquenta e três mil, oitocentos e quatro cruzeiros e oitenta centavos), para o imóvel denominado: Lote nº. 06 — Quadra 07, Setor Leste Comercial da CS/GAMA, fixando-se o prazo de validade em até 90 (noventa) dias, contados desta Decisão.

Relator: Conselheiro FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
DARIO DELIO CARDOSO
Membro
ARMANDO COLAVOLPE
Membro
JULIO CESAR DE ROSE
Membro

Sessão nº: 344
Realizada em: 09.03.78
Decisão nº: 216
Processo nº.: 685.725/77
Referência: EDIVAL FERREIRA RIBEIRO
Regularização de terreno

DECISAO

O Conselho, com o voto do Relator, RESOLVE aprovar o preço mínimo no valor de Cr$ 35.238,32 (trinta e cinco mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros e trinta e dois centavos), para o imóvel denominado: Lote 04 — Quadra 23, Setor Oeste Comercial, CS/GAMA, fixando-se o prazo de validade em até 90 (noventa) dias, contados desta Decisão.

Relator: Conselheiro FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
DARIO DELIO CARDOSO
Membro
ARMANDO COLAVOLPE
Membro
JULIO CESAR DE ROSE
Membro

DIRETORIA

Sessão nº 335 Realizada em: 175.02.78
Decisão nº 159
Processo nº 686.251/78
Referência: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, opinando pela aprovação, nos termos do Art. 6º da Resolução nº 06/73-CONAD, dos Laudos de Avaliação elaborados pela GEPEA, fixando o preço mínimo unitário para os lotes abaixo relacionados, que serão arrolados em futuras Licitações Públicas:

PLANO PILOTO (SRIA I)

L. A. Nº	IMÓVEL (S)	Cr$
154/78	L.11, Bl.B, Com.Local da QI.10-Set.Res.Ind.Abast.	113.000,00
166/78	L.23, QI.10, Bl.B, Com.Loc.,Set.Resid.Ind.Abast.	113.000,00
173/78	L.29, Bl.B, Com.Loc., QI.10, Set.Resid.Ind.Abast.	113.000,00
171/78	L.37, Bl.B, QI:10, Set.Resid.Ind.Abast.	151.000,00

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 182
Processo nº: 695.040/77
Referência: RODOVIÁRIO UBERABA LTDA
Redução de prazo para pagamento de lote no STRC

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a redução do prazo de 60 para 12 meses, para pagamento dos lotes 5 e 6 do Trecho 03, Conj. «C», STRC, nos termos propostos pela firma RODOVIÁRIO UBERABA LTDA., com base no art. 9, alínea b.1 da Resolução nº 52/77 - CONAD; b) - aprovada a proposição retro, encaminhar estes autos à DIJUR, para providenciar a re-ratificação da Escritura, adotando as demais medidas de sua competência, correndo às expensas da interessada, todas as despesas advindas da transação.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 183
Processo nº: 04.470/76
Referência: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Doação de área na SQ/NORTE

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, posteriormente à douta Assembléia Geral, propondo a ratificação das decisões dos Orgãos Colegiados da NOVACAP, que autorizaram a cessão do imóvel denominado Área destinada a Escola Classe da Superquadra 207 Norte ao Governo do Distrito Federal, para uso da Secrertaria de Educação e Cultura, adotando-se na Escritura a ser lavrada o termo DOAÇÃO e não cessão, como consta das decisões anteriores, vez que o art. 8º da Lei 5.861/72, de 12.12.72, revogou o artigo 10, item II da Lei 2.874, de 1956, que respaldava a terminologia empregada e procedendo-se a baixa patrimonial da importância de Cr$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos cruzeiros), correspondente ao valor histórico do imóvel.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 184
Processo nº: 004.465/76
Referência: GDF/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Doação de Área ao Governo do Distrito Federal

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE, encaminhar ao Egrégio Conselho de Administração e posteriormente à Douta Assembléia Geral com base no artº. 3º, item VII da Lei 5.861/72, de 12/12/72, propondo a ratificação das decisões dos Órgãos Colegiados da NOVACAP, que autorizavam a cessão do imóvel denominado Área destinada a Escola Classe da Superquadra 110 Norte ao Distrito Federal, para uso da Secretaria de Educação e Cultura, adotando-se na Escritura a ser lavrada o termo DOAÇÃO e não CESSÃO, como consta das decisões anteriores, vez que o artº. 8º da Lei nº 5.861/72, de 12/12/72, revogou o artº. 10, item II da Lei nº 2.874, de 1956, que respaldava a terminologia empregada e procedendo-se a baixa patrimonial da importância de Cr$ 12.450,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta cruzeiros), correspondente ao valor histórico do imóvel.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 336
Decisão nº: 185
Processo nº: 04.469/76
Referência: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Doação de área na SQ/NORTE

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no

presente processo, RESOLVE, encaminhar ao Egrégio Conselho de Administração e posteriormente à Douta Assembléia Geral e com base no artº. 3º, item VII da Lei 5.861/72 de 12/12/72, propondo a ratificação das decisões dos Órgãos Colegiados da NOVACAP, que autorizavam a cessão do imóvel denominado área destinada a Escola Classe da Superquadra 112 Norte ao Governo do Distrito Federal, para uso da Secretaria de Educação e Cultura, adotando-se na Escritura a ser lavrada o termo de DOAÇÃO e não CESSÃO, como consta das decisões anteriores, vez que o artº. 8º da Lei 5.861/72, de 12/12/72, revogou o artigo 10, item II da Lei 2.874, de 1956, que respaldava a terminologia empregada e procedendo-se a baixa patrimonial da importância de Cr$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) correspondente ao valor histórico do imóvel.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - JOÃO ALCIDES HOMAR - NID DUTRA D'AMORIM - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 186
Processo nº: 06.165/76
Referência: MECOM - MINAS MODERNA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração propondo: a) excepcionar a venda dos lotes «G» e «H» da Área Especial nº 04 - SRIA, pretendida pela MECOM - MINAS MODERNA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A., com base nas normas antes citadas, bem como fixado o preço unitário de Cr$ 1.314.000,00 (hum milhão, trezentos e quatorze mil cruzeiros), para os terrenos, de acordo com o previsto no artigo 6º da Resolução nº 06/73-CONAD; e b) retornar a matéria à apreciação desse Colegiado, para cumprimento dos demais itens constantes do relatório do Senhor Diretor Comercial.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 188
Processo nº: 686.270/78
Referência: COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO DE LOTES

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar ao Egrégio Conselho de Administração sugerindo a aprovação do Laudo de Avaliação de Lotes nº 117/78 - GEPEA, com o qual se pretende deflagrar em larga escala o processo de Regularização de Lotes da Companhia.

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 189
Processo nº: 53.796/77
Referência: DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA-SEF

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE homologar a licitação para execução de reformas de construção civil, sob regime de empreitada por preço global, do prédio da Divisão da Receita do Gama, adjudicando à firma RENCOL - Reformas, Construção e Comércio Ltda, a execução dos serviços constantes do Capítulo II da Carta Convite nº 004/78-TERRACAP, pelo valor Cr$ 125.120,00 (cento e vinte e cinco mil e cento e vinte cruzeiros).

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 190
Processo nº: 687.843/77
Referência: COOPERATIVA CENTRAL RURAL DE GOIÁS LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio CONAD/TERRACAP a proposição da DICOM constante do relatório de fls. 58/60, manifestando-se favoravelmente a aprovação do pedido.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS.

Sessão nº: 336
Decisão nº: 191
Processo nº: 695.006/77
Referência: RODOVIÁRIO CAÇULA S/A
Redução de prazo para pagamento de lote no S. T. R.C.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo: a) Autorizar a redução do prazo de 60 para 12 meses, para pagamento dos lotes 01 e 02 - Trecho 03, Conjunto «D», STRC, nos termos propostos pela firma RODOVIÁRIO CAÇULA S/A, com base no art. 9, alínea b.1 da Resolução 52/77 - CONAD, e b) Aprovada a proposição retro, encaminhar os autos à DIJUR, para providenciar a re-ratificação da Escritura, adotando as demais medidas de sua competência, correndo às expensas da interessada, todas as despesas advindas da transação.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 336
Decisão nº: 192
Processo nº: 656.753/77
Referência: NOVACAP/APC /UCC/SUP.
Prorrogação de convênio

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, propondo a prorrogação, até 30 de junho de 1978 do Convênio firmado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, em 30.06.76, regulando a execução de obras de infra-estrutura no Distrito Federal e aprovação do Termo Aditivo Elaborado pela DIJUR/SETRA.

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 337
Realizada em: 21.02.78
Decisão nº: 196
Processo nº: 686.524/78
Referência: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA /TERRACAP.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE submeter à apreciação do egrégio Conselho de Administração, a minuta de Regimento proposta pelo grupo de Trabalho designado para promover a implantação de nova estrutura organizacional da TERRACAP, assim como a alteração pretendida às fls. 14, para a Tabela de Empregos em Comissão.

Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE EDMAR DIAS MATOS JOÃO ALCIDES HOMAR NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 337
Realizada em: 24.02.78
Decisão nº: 197
Processo nº: 06.231/76
Referência: SECRETARIA DE VAÇÃO E OBRAS - SVO

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, opinando pela aprovação do termo de re-ratificação do Convênio celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, com a interveniência do Distrito Federal, em 1º de julho de 1976, objetivando a execução dos serviços de infra-estrutura no Distrito Federal.

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE JOÃO ALCIDES HOMAR NID DUTRA D'AMORIM EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 340
Decisão nº: 323
Processo nº: 692.091/77
Referência: JOSÉ MARTINS DA COSTA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE aprovar a venda dos 191 lotes de acordo com a Resolução 13/74, Decisão nº 2024/77 - CONAD, fixando o prazo de 45 dias, a contar do recebimento da notificação pelos interessados para formalização do negócio, sob pena de cancelamento tácito da autorização de venda, ficando as providências complementares a cargo da Comissão de Regularização de Lotes.

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
EDMAR DIAS MATOS
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 338
Decisão nº: 241
Processo nº: 04.101/73
Referência: P.A. COSTA—FIRMA
Regularização de lote comercial

DECISÃO

A Diretoria., com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 10, Quadra nº 27, Setor Leste Comercial da CS/GAMA, à firma individual P.A. COSTA, observado o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições da Resolução nº 13/74 e demais encargos da Resolução nº 06/73 e suas alterações; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido para o valor do imóvel, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) enviar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, a fim de ser fixado o preço de Cr$ 78.216,52 (setenta e oito mil, duzentos e dezesseis cruzeiros e cinquenta e dois centavos), constante do Laudo de Avaliação nº 2.409/77, fls. 29/30, elaborado pela GEPEA, para o terreno em apreço.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78
Decisão nº: 272
Processo nº: 697.207/77
Referência: MUDANÇAS CENTRO SUL S/A

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a permuta da reserva do lote 11, Conjunto «A» - Trecho 04, SRTC pelo lote 05, Conjunto «C», do mesmo Trecho para atender a firma MUDANÇAS CENTRO SUL S/A, observados os preços estabelecidos pelo CONAD/TERRACAP em sua decisão de fls. 81/83; b) - que a importância já recolhida seja considerada como parte do pagamento do imóvel ora permutado; e c) - que, em seguida, seja o processo encaminhado à SETRA/DIJUR, para adoção das medidas complementares.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOAO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BRAZLÂNDIA — ACIBRAZ

RESUMO DOS ESTATUTOS

01) A Associação Comercial e Industrial de Brazlândia — ACIBRAZ é uma Sociedade sem fins lucrativos, fundada em 18/12/77, com jurisdição na cidade-satélite de Brazlândia, Brasília, Distrito Federal, onde tem sede com duração ilimitada, tendo como finalidade precípua a defesa dos superiores interesses das classes produtoras da região, o amparo, orientação e instrução das classes que representa. 02) A Associação é dirigida por uma diretoria, um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal, sendo a diretoria composta de nove membros, assim discriminados: — um Presidente, um Vice-Presidente; dois Secretários; dois Tesoureiros e três Diretores sem pasta, os quais são eleitos por Assembléia Geral por mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Os Conselhos Consultivo e Fiscal, também eleitos da mesma forma e podendo ser reeleitos compõem-se: o Conselho Consultivo — de um Presidente a ser escolhido entre os três membros e ex-Presidentes da Associação. Conselho Fiscal — de um Presidente a ser escolhido entre os três membros titulares e mais três suplentes, podendo ser reeleitos. 03) O Presidente representará a Associação ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente. 04) Os sócios não respondem pelas obrigações contraídas pela Associação — quer solidária, quer subsidiariamente. 05) A Associação não terá Fundo Social. 06) Os Estatutos são reformáveis por Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim e por voto de pelo menos vinte por cento dos associados. 07) Só se dissolverá a Associação quando o número de seus sócios for inferior ao de Diretores e Membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal e seus suplentes, por Assembléia Geral e seu patrimônio será destinado à entidade congênere mais próxima que houver. 08) São sócios fundadores da Associação, as seguintes pessoas; Elon Rufino da Silveira. casado. CIC 042786901/34; Nicola Hadad. casado, CIC.023533771/00; Achilles Paulo da Silva, casado CIC.098431241/20; Albertino Francisco de Moura, casado, CIC 066354316/91; Célio José Gonçalves, solteiro, CIC 115332341/91; Antonio Gonçalves Neto, casado, CIC 008393881/87; Natal Pio Peixoto, solteiro, CIC 035602871/20; Raimundo Xavier de Lima, solteiro, CIC.0970718401/53; Alcides Quirino de Morais, casado, CIC 057462301/97; Wilson Miranda de Oliveira, solteiro, CIC 242563417/31; Geraldo José Sol, casado, CIC 044023386/20; Sarjob Farias, casado, CIC 059389021/34; Pedro Barbosa do Rego, casado, CIC 032720601/20; Manuelito Alves de Meneses, casado, CIC 010018331/04; Geraldino Nogueira Galvão, casado, CIC 068680371; Milton Braga Dourado, casado, CIC 057104721/15; João Alves Rodrigues, solteiro, CIC 033084211/00; Euder Ribeiro Silveira, casado, CIC 0096595221/34; Gonçalo Rodrigues Coêlho, casado, CIC 076137171; Gesília Maria Maia - casada, CIC 033729361; Maria Helena Lima Galvão, casada, CIC 068680371; Divina Maria de Jesus da Silva, casada, CIC 098804701/25; Aloísio Ferreira da Silva, casado, CIC 132666221/00; Antonio Fonseca da Silva, casado, CIC 164388012/00; Vicente Ribeiro da Silva, casado, CIC 341560252/34; Maria Madalena da Silva, casada, CIC 057596331/04; Moisés Augusto Lins, casado, CIC 042434711/34; Roberto Siqueira Reis, casado, CIC 144883501/00, Paulo Pereira da Silva, casado, CIC 073203961/49. Todos residentes e domiciliados em Brazlândia - Brasília - Distrito Federal.

ELON RUFINO DA SILVEIRA
Presidente
(DAR, de 20.03.78 - Cr$ 620,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E A FIRMA NCR DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A MANUTENÇÃO DA MÁQUINA DE CONTABILIDADE MARCA NCR, MODELO 31-10-14 (16) 26 E Nº 6-8.030 -695, INSTALADA NA DIVISÃO DE REGISTRO FINANCEIRO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA ABAIXO

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Administração, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 028.650/77 e do outro a firma NCR DO BRASIL S/A, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob om nº 033.033.440/0032, estabelecida em Brasília, no CRS 505, Bloco "C" Lojas 27/33, nesta Capital, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato Representada pelo Senhor JOCYL INOCENTE, brasileiro, casado comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Supervisor Administrativo, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA—O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços relativos à manutenção da máquina de contabilidade, marca NCR, modelo 31-10-14 (16) 26 e nº 6-8.030-695, de fabricação da CONTRATADA e de propriedade do DISTRITO FEDERAL, instalada na Divisão de Registro Financeiro da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA-O valor estimativo do presente contrato é de Cr$ 14.309,76 (quatorze mil, trezentos e nove cruzeiros e setenta e seis centavos), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o presente exercício Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do SUBELEMENTO: 3.1.3.2-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, a Atividade SEA.2-033—Encargos com a manutenção dos Próprios do Governo do Distrito Federal, conforme Nota de Empenho nº 06/78-SOF-SEA, emitida por estimativa no valor de Cr$ 14.309,76 (quatorze mil, trezentos e nove cruzeiros e setenta e seis centavos) pela Secretaria de Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO—O valor estipulado nesta cláusula será pago pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, em duas (02) parcelas iguais de Cr$ 7.154,88 (sete mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e oitenta e oito centavos) cada, após as visitas de manutenção e controle, mediante a apresentação de faturas devidamente atestadas pelo executor deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO—As visitas a que se refere o Parágrafo anterior deverão ser realizadas: a) a primeira até o dia 15 de junho de 1978; b) a segunda até o dia 15 de dezembro de 1978

CLÁUSULA TERCEIRA—No caso de renovação o presente ajuste ser reajustado tomando-se por base o coeficiente de atualização monetária, nos termos do art. 2º Parágrafo Único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, regulamentada em legislação posterior.

CLAUSULA QUARTA—Obriga-se a CONTRATADA a: I) atender os chamados que se fizeram necessários para corrigir eventuais irregularidades de funcionamento da máquina, objeto deste ajuste; II) substituir peças gastas ou quebradas por outras novas e originais, de sua fabricação; III) fazer vistorias periódicas, por solicitação do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, para limpeza, lubrificação e revisão do equipamento.

PARÁGRAFO ÚNICO—A manutenção do equipamento será efetuada pela CONTRATADA, no horário normal de expediente, das 7:30 às 17:30 horas de segunda às sextas-feiras , excluindo-se os feriados. Os chamados fora do horário normal, serão cobrados à parte, ao preço em vigor na ocasião.

CLÁUSULA QUINTA—Obriga-se, ainda, a CONTRATADA, a colocar o equipamento em bom estado de funcionamento, não se responsabilizando, entretanto, por consertos que por ventura venham a ser feitos por pessoas estranhas aos quadros de pessoal da CONTRATADA, bem como pelo, uso indevido da máquina.

PARÁGRAFO ÚNICO— A CONTRATADA, ficará, também isenta de qualquer responsabilidade por acidente que porventura ocorram assim como por roubo, furto ou incêndio.

CLÁUSULA SEXTA—O fornecimento de fitas, bobinas de papel e outros acessórios será feito mediante o pagamento, pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, ao preço corrente na época.

CLÁUSULA SÉTIMA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas integrantes deste instrumento, sujeitar-se-á a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, retificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA OITAVA—O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, designará um executor para o presente ajuste ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA NONA-O presente contrato poderá ser renovado, prorrogado, alterado, aditado ou rescindido, por mútuo acordo das partes, bastando para tanto que o inetressado se manifeste, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA— Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente ajuste, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA—O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL, do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA, expirando-se em 31 de dezembro de 1978

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro Próprio da 1ª.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias dtilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; PELA CONTRATADA: (as) JOCYL INOCENTE; TESTEMUNHAS: (as) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS, FRANCISCO RAMOS CAMELO—VISTO EM 10/03/1978—JÚLIO CÉSAR SANTOS-1º Subprocurador Geral do Distrito Federal (DAR, de 13.03.78—Cr$ 1.100.00)

EXTRATO DO CONTRATO PARA PAGAMENTO MENSAL DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇAO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E A ERICSSON DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.
ESPÉCIE: CONTRATO
PROCESSO:
OBJETO: ESTACIONAMENTO DE VEICULOS NO PARQUEAMENTO DO SETOR COMERCIAL SUL:
DESPESA: Cr$ 400,00 (QUATROCENTOS CRUZEIROS) MENSAL
PUBLICAÇAO:
(no DODF) AS EXPENSAS DA CONTRATANTE
VIGENCIA: UM (01) ANO A PARTIR DE SUA ASSINATURA:
PARTES CONTRATANTES:
P/"FUNDAÇAO"; NELJANIR DA SILVA GUIMARAES - ERICSSON DO BRASIL COM. E IND. S.A; SERGIO LUNETTA - P/"CONTRATANTE"; TESTEMUNHAS: MARIA GORETTI SOUSA DE MEDEIROS; ANTONIA ALVES DOS REIS - Ed: Q.5 Bloco "C" nº 118/130 - SCS - (DAR 13.03.78- Cr$ 235,00)

RESUMOS DE CONTRATOS CELEBRADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL.
Contrato nº 05/78 - Concorrência nº 12/77
Processo nº 417.384/77
Interessado: AZEVEDO & TRAVASSOS S/A — ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E COMERCIO.
Objeto: Para execução de trabalhos rodoviários compreendendo serviços de pavimentação da estrada parque Ceilândia (EPCL), trecho das estacas 30 a 335 aproximadamente, sob o regime de empreitada por preço unitário.
Valor: Cr$ 5.137.522,80, (cinco milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e dois cruzeiros e oitenta centavos).
Prazo: 30 (trinta) dias corridos , contados da data da expedição da Ordem de Serviço.
Data: 27 de fevereiro de 1.978.
Mª DE LOURDES S. VASCONCELOS
Chefe da Seção de Doc. e Com. Administrativa
DER - DF
Contrato nº 07/78 - Concorrência nº 13/77
Processo nº 417.383/77
Interessado: AZEVEDO & TRAVASSOS S/A — ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E COMERCIO.
Objeto: Para execução de trabalhos rodoviários compreendendo serviços de pavimentação de estradas parque Ceilândia (EPCL), trecho das estacas 335 a 700 aproximadamente sob o regime de empreitada por preço unitário.
Valor: Cr$ 5.162.862,00 (cinco milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois cruzeiros).
Prazo: 30 (trinta) dias corridos, contados da data da expedição da Ordem de Serviço.

Data: 27 de fevereiro de 1. 978

Mª DE LOURDES S. VASCONCELOS
Chefe da Seção de Doc. e Com Administrativa

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, REGULANDO A PRESTAÇÃO MÚTUA DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO; INTERCÂMBIO DE TÉCNICAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.

PROCESSO Nº: 740.331/78-CODEPLAN
OBJETO: Intercâmbio de técnicas de processamento de dados e de procedimentos administrativos, assim como a prestação de serviços de assessoramento técnico e de processamento eletrônico de dados.
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS: Os preços para as responsabilidades financeiras serão fixados de comum acordo entre as partes convenentes, nos termos do sibitem 1.5, do Termo de Convênio.

PRAZO: 02 (dois) anos a partir da data de assinatura do Convênio.
DATA DE ASSINATURA: 07 de março de 1978
DESPESA COM PUBLICAÇAO: As expensas da CODEPLAN
PARTES CONTRATANTES:—P/NOVACAP: MAURO DE ALENCAR FECURY-Diretor Superintendente. P/CODEPLAN: LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO-Superintendente e GILBERTO SOBRAL-Diretor de Planejamento.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMEMTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN

FERNANDO JOSÉ LUZ BRASIL
Chefe do Gabinete
Superintendencia

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1976, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA OLIVETTI DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS MÁQUINAS OLIVETTI, INSTALADAS NA ADMINISTRAÇAO DAS UNIDADES DESPORTIVAS (AUD), NA FORMA ABAIXO.

Aos 08 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas (AUD) presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente daquela Administração, conforme delegação de competência, expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 320677/76, e do outro lado, a firma OLIVETTI DO BRASIL S/A, sediada na Av. W/3 - Sul, Q. 506, Lotes nºs 39/43, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do (MF), sob o nº 60502291/0041-35, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo seu bastante procurador, Senhor JOSÉ CLEBER PIMENTA, brasileiro, casado, industriário, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Gerente Geral da Filial de Brasília, deleberam firmar o presente Termo de Renovação, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica renovado o contrato celebrado entre as partes supramencionadas, em 30 de setembro de 1976, lavrado às fls. 07/09, do Livro 26, renovado em 02 de fevereiro de 1977, lavrado às fls. 229/231 do livro nº 28, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando a manutenção, conservação e substituição de peças das máquinas Olivetti instaladas na Administração das Unidades Desportivas (AUD).

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de assistência técnica e manutenção preventiva, adequada e indispensável ao perfeito funcionamento das máquinas de escrever elétrica, manual e de calcular, cujos números de matrícula são os constantes da relação de fls. 24 do Processo mencionado no preâmbulo, de sua fabricação e de propriedade do Distrito Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente instrumento importa em Cr$ 21.689,00 (vinte e um mil, seiscentos e oitenta e nove cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício-Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do Elemento: 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros - item 18 - Móveis e Imóveis, conforme Nota de Empenho nº 22/78-SEF-AUD, emitida pela Administração das Unidades Desportivas (AUD).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas (AUD), pagará à CONTRATADA, a importância mencionada nesta cláusula em 04 (quatro) parcelas iguais e trimestrais de Cr$ 5.422,25 (cinco mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros e vinte e cinco centavos), cada, contra a apresentação de faturas, devidamente atestada pelo executor deste ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As parcelas a que se refere esta cláusula deverão ser pagas: a) a primeira até o dia 30 de março de 1978; b) a quarta e última até o dia 30 de dezembro de 1978.

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA providenciará a limpeza e lubrificação das máquinas em questão, mantendo o seu equipamento sempre limpo, lubrificado e em bom funcionamento usando para tanto, pessoal especializado, ferramentas e peças originais, bem como lubrificantes apropriados.

CLÁUSULA QUINTA - A assistência técnica e manutenção referida na cláusula primeira consistirá em: a) intervenções técnicas mediante chamado do Distrito Federal, através da Administração das Unidades Desportivas (AUD) para eliminação de eventuais defeitos no prazo de 02 (dois) dias úteis ficando este prazo prorrogado para 03 (três) dias úteis se houver necessidade de troca de peças e o técnico conseguir efetuar o serviço «in loco»; b) consertos de maior importância serão feitos na oficina da CONTRATADA, quando os técnicos não conseguirem efetuar os serviços «in loco», no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis; c) substituição de peças que se fizerem necessárias durante as intervenções com exceção dos seguintes serviços que, quando necessários, serão efetuados ao preço de custo: carroceria, motor elétrico, parte de borracha, somador, transformador, niquelação, cromagem ou pintura e reforma do equipamento.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA atenderá aos chamados para reparos dentro do horário de expediente normal sem cobrança adicional, independentemente de obrigatoriedade das visitas de manutenção e controle.

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA não se responsabilizará por danos diretos ou indiretos, de qualquer natureza causados nos equipamentos, ou motivados pelo seu uso, intervenção por parte de elemento não especializado ou, não autorizado por ela.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA também não se responsabilizará por danos resultantes de caso fortuito, na forma do disposto no artigo 1.058, do Código Civil, bem como em caso de funcionamento das máquinas em condições anormais, como: voltagem, ciclagem, temperatura ou umidade fora da faixa especificada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A reparação de defeitos causados pelo motivos especificados nesta cláusula não está coberta por este ajuste, e será objeto de orçamento à parte.

CLÁUSULA OITAVA - O pessoal técnico da CONTRATADA, encarregado dos serviços, terá livre e completo acesso ao equipamento, para execução das manutenções e interrvenções técnicas, devendo o Distrito Federal, através da Administração das Unidades Desportivas (AUD), facilitar a guarda de instrumento, manuais e materiais, durante o tempo necessário à execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas integrantes deste instrumento, sujeitar-se-á a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser prorrogado, renovado, alterado ou rescindido, por mútuo acordo de vontades, devendo a parte interessada manifestar-se por escrito com 60 (sessenta) dias de antecedência do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL - através da Administração das Unidades Desportivas (AUD), designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente instrumento terá o prazo de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1978, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) TAQUECI KORESSAWA. PELA CONTRATADA (as.) JOSÉ CLEBER PIMENTA. TESTEMUNHAS (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS e (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO. VISTO - EM 09/03/1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador Geral do Distrito Federal. (DAR-07.03.78-Cr$ 1.345,00).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº. 20/77, FIRMADO EM 10 DE AGOSTO DE 1977, ENTRE A FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FEDF) E A FIRMA EMBRAMAR — CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA (EMPREITEIRA), TENDO POR OBJETO A EXECUÇAO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES, REFORMAS E MODIFICAÇOES EM DIVERSOS BLOCOS DO CENTRO EDUCACIONAL 02 — BRASILIA NORTE (PROCESSO Nº. 427477/77-FEDF) — Atual CONSTRUTORA EMBRAMAR S.A.

OBRIGAÇOES:- A EMPREITEIRA deverá realizar, para a FEDF, serviços complementares de alterações no projeto inicial.

— A FEDF pagará à EMPREITEIRA a importância de Cr$ 460.985,83 (quatrocentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e cinco cruzeiros e oitenta e três centavos), relativa à complementação das obras.

— O total de recursos financeiros para execução das obras passará a ser da ordem de Cr$ 8.262.038,64 (oito milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trinta e oito cruzeiros e sessenta e quatro centavos).

— Os recursos relativos à complementação são procedentes do convênio firmado em 27 de janeiro de 1977, entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal, para aplicação dos recursos do Salário Educação Quota — Federal — 1977, Projeto Operação Escola — Reserva Técnica, conforme Nota de Empenho nº. 1274/77-FEDF.

— Permanecem ratificadas e inalteradas as demais disposições do contrato original ora editado.

VIGENCIA:- O presente termo entrará em vigor na data de sua assinatura.

DESPESA COM PUBLICAÇAO:- EMPREITEIRA

DATA DE ASSINATURA:- Brasília-DF., em 23 de fevereiro de 1978.

PARTES CONTRATANTES:

EMERSON JOSE DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo — FEDF

MOZART ALVES RIBEIRO
Diretor-Presidente da EMPREITEIRA

TESTEMUNHAS: 1. HORTENCIA MARIA DE GUSMAO BARROS TEIXEIRA, 2. MARIA ISABEL ROMEIRO MENON

(DAR, de 15.03.78 — Cr$ 440,00)

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL E A FIRMA BRASIMAQ - MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA, OBJETIVANDO A PRESTAÇAO DE ASSISTENCIA TECNICA E CONSERTOS EM MAQUINAS MODELO RB-151, CONFORME CONSTA DO PROCESSO 620.529/78-FZ

A FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, Entidade integrante da administração descentralizada do Conjunto Administrativo do Distrito Federal, com personalidade jurídica, sede e foro nesta Capital Federal, no Edifício "Rogério Pithon Farias", localizado no Parque Rural, no Setor de Areas Isoladas Norte, doravante designada simplesmente "FUNDAÇAO", representada neste ato por seu Diretor Presidente, Engenheiro Agrônomo PEDRO DO CARMO DANTAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, e a firma BRASIMAQ - MAQUINAS E IMPLEMENTOS PÁRA ESCRITORIO LIMITADA, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e foro nesta cidade, no SCLN 704/705, Bloco "F", número

15, loja 19, Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda número 00464859/0001-51 e Inscrição na Secretaria da Fazenda do Governo do Distrito Federal número 07059644-1, daqui por diante denominada tão só "CONTRATADA", representada por seu proprietário RAIMUNDO GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, portador do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda número 009640269-53, têm entre si justo e contratado a prestação de assistência técnica, consertos e ajustes mecânicos em máquinas modelo RB-151, mediante as cláusulas e condições a seguir avençadas:

PRIMEIRA - OBJETO —O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de assistência técnica, consertos e ajustes mecânicos, pela "CONTRATADA", em máquinas registradoras modelo RB-151, número 25517 e 35520, de propriedade da "FUNDAÇAO" e em funcionamento no Jardim Zoológico, tudo conforme carta proposta 003/78, constante às folhas três (03) do processo de número 620.529/78-FZ, que passa a integrar este independente de traslado.

SEGUNDA - PRAZO - O prazo de validade do presente contrato é de doze (12) meses, iniciando-se na data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado por igual período havendo conveniência e ajuste das partes.

TERCEIRA - PREÇO — O preço global dos serviços a serem prestados pela "CONTRATADA" é de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), sendo pago pela "FUNDAÇAO" de uma só vez na data da assinatura deste instrumento contratual, correndo as despesas à conta do elemento 3.1.3.0, conforme Nota de Empenho número 0193/78-FZ.

QUARTA - SERVIÇOS TECNICOS — A "CONTRATADA" compete prestar assistência técnica, efetuar consertos e ajustar mecanicamente duas máquinas registradoras marca ROD-BEL, modelo RB-151, número de fabricação 25517 e 35520, tombamento 4352 e 4353, durante o seu horário normal de expediente, sempre mantendo as máquinas em perfeito estado de conservação e boas condições de operação, excetuando-se os danos causados por incêndio, variação de corrente, acidentes, água, maus tratos e roubo.

PARAGRAFO PRIMEIRO — Após a assinatura deste contrato, a "CONTRATADA" obriga-se a efetuar completa limpeza, lubrificação, revisão geral e ajustes necessários nas máquinas mencionadas, e, mensalmente, a visitar os equipamentos para eventuais correções de irregularidade de funcionamento.

PARAGRAFO SEGUNDO — A "CONTRATADA" atenderá a todos os chamados da "FUNDAÇAO" para corrigir eventuais irregulraridades de funcionamento das máquinas.

QUINTA — PEÇAS E ACESSORIOS — A colocação de rolos de papéis e fitas, entintadas, bem como a substituição de peças quebradas, será feita mediante a cobrança das mesmas, de acordo com preços vigentes à época da substituição ou do serviço.

PARAGRAFO UNICO — O comparecimento de técnicos da "CONTRATADA" a pedido da "FUNDAÇAO" para colocação de bobinas e fitas, exclusivamente para tal finalidade, será cobrado à razão da taxa vigente à época da chamada.

SEXTA — RESPONSABILIDADE — A "CONTRATADA" é plenamente responsável pela substituição de peças e equipamentos, sempre os colocando em perfeito estado de conservação e funcionamento, cessando sua responsabilidade se as máquinas forem consertadas ou houver interferência de pessoa não autorizada pela "CONTRATADA".

SETIMA — CONSERTO GERAL — Caso as máquinas necessitem de conserto geral, efetuada a vistoria de que trata a cláusula quarta, parágrafo primeiro, ou mesmo de uma reconstrução completa, a "CONTRATADA" efetuará orçamento geral, que, caso seja aprovado pela "FUNDAÇAO", será cobrado separadamente.

OITAVA — RESCISAO — Constitui causa justa para a rescisão deste contrato a inadimplência de qualquer cláusula ou condição avençada, nos prazos e termos contratados, assim como o não cumprimento das condições estabelecidas na proposta da "CONTRATADA".

PARAGRAFO UNICO — Ocorrendo motivos de rescisão deste instrumento, fica expressamente convencionado que a resilição operar-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou intimação judicial ou extrajudicial, não cabendo à parte inadimplente qualquer indenização, seja a que título for, respondendo ela pelos danos e prejuízos que causar.

NONA — SUSPENSAO DO SERVIÇO — Caso sobrevenham condições que tornem impossível ou impraticável a continuidade de prestação dos serviços contratados, a "CONTRATADA" poderá, mediante aviso à "FUNDAÇAO", suspendê-los e, caso ocorra a suspensão, ficará obrigada a devolver a importância correspondente ao serviço não prestado, à razão de um doze avos (1/12) por mês.

DÉCIMA — FORO — Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida proveniente da execução deste contrato,renunciando as partes a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que venha a ter.

DÉCIMA PRIMEIRA — PUBLICAÇAO — O presente contrato será publicado no "Orgão Oficial do Distrito Federal", correndo às expesas da "FUNDAÇAO" as despesas oriundas de publicação.

E por estarem assim justos e avençados, mandaram as partes que fosse datilografado o presente contrato, em cinco (05) vias de igual teor e forma, para produzir um só efeito legal, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, na presença das duas (02) testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília; (DF), 13 de março de 1978.
PELA "FUNDAÇAO": PEDRO DO CARMO DANTAS; PELA "CONTRATADA": RAIMUNDO GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO; TESTEMUNHAS: 01) RITA DE CÁSSIA VIEIRA; 02) JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA.

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS DO NÚCLEO BANDEIRANTE - DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 08 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Senhor JOÃO DUARTE MOREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional do Núcleo Bandeirante, e, do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Diretor Superintendente-Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos, e de acordo com autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa em suas 1.317ª. e 1.190ª. realizadas em 24 e 25 de janeiro de 1978, respectivamente, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, incumbe à NOVACAP a execução dos serviços de pavimentação asfáltica, recapeamento asfáltico e implantação de galerias de águas pluviais do Núcleo Bandeirante, em Brasília - Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução dos serviços objeto deste Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Admfinistração Regional da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, à NOVACAP, a qual poderá para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração executar se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, nos termos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas as normas vigentes na NOVACAP.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor estimativo do presente Convênio é de 4.016.000,00 (quatro milhões e dezesseis mil cruzeiros) recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o presente exercício Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta da seguinte dotação Orçamentária, ELEMENTO: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, conforme Notas de Empenho 13, 14 e 15/78, emitida por estimativa pela Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, no valor de Cr$ 4.016.000,00 (quatro milhões e dezesseis mil cruzeiros).

PARAGRAFO UNICO - Os recursos mencionados nesta cláusula, serão distribuídos da seguinte maneira: a) Pavimentação asfáltica Cr$ 1.252.000,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros); b) recapeamento asfáltico Cr$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil cruzeiros); c) implantação de galerias de águas pluviais Cr$ 2.436.000,00 (dois milhões quatrocentos e trinta e seis mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA - A importância referida na cláusula anterior será entregue pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, à NOVACAP, em parcelas de conformidade com o cronograma Físico-Financeiro das obras, atestada cada etapa pelo executor deste Convênio, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, pagará à NOVACAP pela execução dos serviços, objeto do presente Convênio, Taxa de Administração de 5% (cinco por cento) calculada sobre o custo real dos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA SEXTA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido, em conta corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - A NOVACAP prestará conta ao DISTRITO FEDERAL através da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, mensalmente, das importâncias que lhes forem entregues, fazendo constar nos respectivos extratos o número da Ordem de Serviço expedida pela Administração acima mencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Os serviços objeto do presente Convênio, serão precedidos de Orçamento de Custo elaborado pela NOVACAP, mediante solicitação do DISTRITO FEDERAL, através da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em nenhuma hipótese será pago serviços que não constem do Orçamento mencionado nesta cláusula.

CLÁUSULA NONA - A NOVACAP fica dispensada da caução para garantia da boa execução dos serviços, nos termos do Artigo 135, do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante designará um executor para o presente Convênio, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Supervisão técnica caberá à Divisão de Fiscalização e Licenciamento de Obras daquela Administração, nos termos do disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes, podendo, a mesma, requisitar à NOVACAP, todos elementos que considerar necessários à execução de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, poderá indicar representante junto à Comissão Permanente de Licitação da NOVACAP, para participar como membro do julgamento de propostas relativas a serviços a serem executados à conta deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Convênio poderá ser renovado, prorrogado, aditado, alterado ou rescindido por mútuo consentimento dos convenentes, bastando para tanto, que a parte interessada se manifeste, por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS e (as.) JOÃO DUARTE MOREIRA. PELA NOVACAP: (as.) MAURO DE ALENCAR FECURY. TESTEMUNHAS: (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO e (as.) WILLIAN ALVES BATISTA. VISTO - EM 09/03/1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador Geral do Distrito Federal.

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NO EMPREGO DE NUTRICIONISTA, NÍVEL 18, DA TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES DA F.H.D.F.

AVISO

1 — **INSCRIÇÕES:**

1.1 — Período: 03/04/78 a 18/04/78
1.2 — Horário: Das 14:00 às 17:00 hs.
1.3 — Local: Centro Interescolar de Saúde de Brasília, em frente ao Pronto Socorro de Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal.

2 — **CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:**

2.1 — Idade mínima de 18 (dezoito) e máxima de 50 (cinquenta) anos.
2.2 — Recolhimento da taxa de inscrição no valor de Cr$ 150,00, a favor da F.H.D.F., em qualquer agência local do Banco Regional de Brasília, conta nº 817.627.
2.3 — Apresentar os seguintes documentos:
a) Cárteira de Identidade, Título de Eleitor e prova de quitação com o Serviço Militar;
b) Fotocópia autenticada do Diploma do Curso Superior de Nutricionista;
c) 02 (duas) fotografias 3x4 iguais e recentes;
d) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição;
e) Termo de procuração legal, quando não for o próprio candidato a se inscrever.

OBS: No ato da inscrição o candidato receberá cópia do Edital e Programação Básica do Concurso.

3 — **CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO:**

3.1 — Contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
3.2 — Regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
3.3 — Salário Inicial de Cr$ 7.410,00 (sete mil e quatrocentos e dez cruzeiros) mensais.

Brasília, 21 de março e 1978

MAURO ELÓI DE OLIVEIRA
Departamento de Recursos Humanos
Diretor
F.H.D.F

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NO EMPREGO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA, NÍVEL 13, DA TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES DA FHDF.

AVISO

1 — **INSCRIÇÕES:**

1.1. PERÍODO: 28.03 a 11.04.78
1.2. LOCAL: Edifício das Pioneiras Sociais - sala 101
1.3. HORÁRIO: De 14:00 às 17:00 horas nos dias úteis.

2 — **CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:**

2.1. Idade mínima de 18 (dezoito) e máxima de 50 (cinquenta) anos
2.2. Recolhimento da taxa de inscrição no valor de Cr$ 100,00 a favor da FHDF, em qualquer agência local do Banco Regional de Brasília, conta nº 817.627.
2.3. Apresentar os seguintes documentos:
a) Carteira de Identidade, Título de Eleitor e prova de quitação com o Serviço Militar.
b) Fotocópia autenticada do Diploma ou Declaração de Escola oficialmente reconhecida, comprovando a conclusão do curso de 2º Grau e curso de Técnico em Radiologia.
c) 02 (duas) fotografias 3x4 iguais e recentes
d) Comprovante do recolhimento da taxa de inscrição
e) Termo de procuração legal, quando não for o próprio candidato a se inscrever.

Obs: No ato da inscrição o candidato receberá cópia do Edital e Programação Básica do Concurso.

3 — **CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO:**

3.1. Contrato de trabalho para uma jornada de 24 horas semanais de trabalho
3.2. Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)
3.3. Salário inicial de Cr$3.510,00 (três mil quinhentos e dez cruzeiros) mensais.

Brasília, 21 de março de 1978

MAURO ELÓI DE OLIVEIRA
Diretor do Departamento de Recursos Humanos
FHDF.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇOES

AVISO

Encontra-se à disposição das firmas interessadas, na Divisão de Material da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, sita na Quadra 5, Lotes 2/7, Setor de Garagens Oficiais, fones: 223-1253 e 224-4623, Brasília-DF, o Edital de Tomada de Preços nº 04/78-CPL/SEP, referente a aquisição de um Sistema de Ar Condicionado Central, composto de 5 (cinco) unidades Condensadoras e 5 (cinco) unidades Evaporadoras, destinados ao Instituto de Identificação da SEP.

A abertura das propostas realizar-se-á às 15:00 horas do dia 30 de março de 1978.

NEI DE CASTRO MUNIZ - Bel.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações da SEP.
(Dias 22, 27 e 28)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROFLORA S/A — FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO
CGC-00338079/0001-65

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, a partir desta data, os documentos a que se refere o Art. 133, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Brasília, DF, 17 de março de 1978

RENATO ARAUJO SAMPAIO
Diretor Administrativo

(Dias 21, 22 e 27)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 040/78-CPL, PARA EXECUÇÃO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE REDES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, NO PÁTEO DA C.E.B. — QUADRA 904/905 SUL, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL-NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 15:00 horas do dia 31 de março de 1978, no Auditório do Departamento de Parques e Jardins, situado no Setor de Áreas Públicas — SIA.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Unidade de Licitação para Obras e Serviços da CPL-NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 15 de março de 1978

ENGº JOSÉ RENATO BULHÕES MOTTA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 041/78-CPL, PARA FORNECIMENTO E PLANTIO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE GRAMA BATATAIS (PASPALUM NOTATUM) EM PLACAS LIGADAS, EM ÁREAS DO PLANO PILOTO E DIVERSOS LOCAIS, EM BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL-NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 15:45 horas do dia 31 de março de 1978, no Auditório do Departamento de Parques e Jardins, situado no Setor de Áreas Públicas - SIA.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Unidade de Licitação para obras e Serviços da CPL-NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 15 de março de 1978

ENGº JOSÉ RENATO BULHÕES MOTTA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 042/78-CPL PARA FORNECIMENTO E PLANTIO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE GRAMA BATATAIS (PASPALUM NOTATUM) EM MUDAS, NO EIXO MONUMENTAL, TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A TORRE DE TELEVISÃO E O CENTRO DE CONVENÇÕES, EM BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL — NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 16:30 horas do dia 31 de março de 1978, no Auditório do Departamento de Parques e Jardins situado na Área de Serviços Públicos — SIA.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Unidade de Licitação para Obras e Serviços, no 8º andar do Edifício Sede na NOVACAP.

Brasília, 16 de março de 1978

ENGº JOSÉ RENATO BULHÕES MOTTA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

AVISO:

Encontra-se à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, 1º andar do Ed. DETRAN, SAIN — Lote "A" CPL, no período de 8:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30h, o Edital de Concorrência Pública nº 001/78-CPL, objetivando o credenciamento de firmas para efetuar reboque de veículos automotores das vias logradouros públicos, envolvidos em acidente de trânsito ou abandonados em áreas do Distrito Federal ou adjacências.
Abertura: 28 de abril de 1978, às 9:00 horas.

Brasília - DF, 21 de março de 1978

RAIMUNDO ORLANDO PINTO COHEN
Presidente da CPL

(Dias, 22, 27 e 28)

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
BRASÍLIA – DF.
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

AVISO Nº 008/78-CRL

VENDA DE IMÓVEIS EXCLUÍDOS DO REGIME DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, nos termos do Art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 06/73-CA ("Diário Oficial nº 164", de 28.10.73), leva ao conhecimento dos interessados que a Diretoria Colegiada da Empresa, examinará e decidirá sobre proposta de REGULARIZAÇÃO de lotes da Quadra Nº 01 do Setor Norte da Cidade-Satélite de Brazlândia; do Setor "M" Norte (Ceilândia), Quadra QNM-25, Conjuntos "A, B e C" da Cidade-Satélite de Taguatinga e da Cidade-Satélite do Núcleo Bandeirante, nos Setores Residencial, Blocos 31, 51, 71, 91, 111, 131 e 211; Avenida Contôrno Residencial, Blocos 465 e 525 e na 2ª (segunda) Avenida Residencial, Bloco 540.

Esclarece que quaisquer informações serão prestadas pelo Representante da TERRACAP, junto à Administração Regional Local, onde estará afixada a relação abaixo:

LOTES:	INTERESSADOS:
	"BRAZLÂNDIA"
61	Jesua Brito Lago
110	Margarida Joaquim de Araujo Costa
114	Luiz Lopes de Freitas
115	Tarcísio Ferreira da Costa
116	Luzinete Trajano Lopes
122	Severino Ramos Figueiredo
123	João Lopes da Silva
124	Syria, Mathilde Volkmer
125	Belchior Lourenço da Silva
128	Julião Ribeiro dos Santos
130	Adeval Francisco de Barros
135	Maria Eustáquia Caixeta Cruz
138	Valdivino de Almeida Branco
139	Ana Maria Rodrigues
140	Guiomar da Silva Castanheiro
142	Deusdete Vieira do Amaral
145	Raimunda Gomes Moreira
150	Lázaro Carlos Ferreira
151	Delcy Cardoso de Oliveira
156	Maria da Conceição Martins de Paula
159	Valdomira Francisca da Silva
162	Antonio Alves do Nascimento
168	Maria das Graças Souza
169	Basilio Justo da Silva
170	Diva Francisco Dourado
172	João Pereira dos Santos
173	Maria Florentina Madalena
181	João Ramos da Silva
182	Iraci Carlos de Freitas
183	Joselito Soares Macedo
187	Geraldo Claro Ferreira
188	José Ferreira Pessoa
190	Jassimar Botelho
	TAGUATINGA (CEILÂNDIA)
	CONJUNTO "A"
12	Nair Ferreira Dias
16	Rivaldo Felinto Pereira
20	Maria Feliciana de Carvalho
38	Israel Manoel de Lira
42	Francisco Assis de Brito
48	Luiza Barbosa da Silva
	CONJUNTO "B"
02	Geralda Gomes de Almeida
05	José Cortes Pinheiro
08	Odim da Silva
10	Cecília Alves Feitosa Costa
12	Abília Neres de Santana
13	Sandoval Gomes do Rêgo
14	Pedro Bispo da Silva
31	Maria de Lourdes dos Santos
35	Vicente de Paulo Guimarães
42	Maria Santíssima de Sousa
32	Matias Borba de Carvalho
43	João Pereira de Souza
48	Rita Felismina Shinaid
	CONJUNTO "C"
01	Lizete Carvalho Moreira
03	Nilo Soares
05	Antonio Cardozo de Souza
06	Milton Gomes da Paixão
07	Constantino Urcino Ferreira
09	Romão Cavalcante de Oliveira
10	Quintino Pereira dos Santos
11	Domingos Honório Borges
27	Justiniano Alves de Oliveira
	"NUCLEO BANDEIRANTE"
	SETOR RESIDENCIAL (AV. CENTRAL)
	BLOCO "31"
05	Olavo Faustino de Almeida
12	Adelino Gregório Alves
15	Maria Rosa Pereira da Silva
18	Antonio Feliciano de Almeida
20	Nicolau Stancioli
21	João Gonçalves Neto
	BLOCO "51"
08	Maria do Carmo Gil Mesquita
18	Newton Castro
14	Francisco Gonçalves Rosa
16	Valdemar Guedes de Miranda
17	Divino José da Silva
	BLOCO "71"
03	Maria do Socorro Pereira
12	Evandro de Assis
14	Otávio da Conceição
	BLOCO "91"
01	Valdemar França Soares
02	Sônia Maria Matos dos Santos
03	Maria Borges de Sousa
05	José Reinaldo de Assis
06	Antonio Rocha Cavalcante
07	Maria do Carmo Silva
08	Amélia Antunes do Nascimento
09	Maria Antunes do Nascimento
10	Leontina Ferreira da Silva
11	Josefa Borba Neves
12	João Alves de Paiva
14	Ivalcy Zuza da Silva
15	Valdemar Lucas de Morais
16	Herculano Francisco dos Santos
17	Ana de Alcântara Lima
21	Carlos Alberto Bezerra de Souza
22	Antonio Rodrigues de Araujo
	BLOCO '111"
01	Geraldo Rodrigues de Souza
02	Milton Milfont
04	José Bispo de Souza Filho
05	Geraldo Souza dos Santos
06	Juvenal Braga de Souza
07	Anésia Xavier Fernandes da Silva
08	João Alves da Costa
10	Ozeli Fonseca Ramos
12	Ciro Pereira da Silva
15	Odair Gonçalves Rios
16	Adélia Candida dos Santos
17	Izabel Nunes de Oliveira
19	Celina Gomes da Silva
20	Antonio Medeiros Sobrinho
21	Irenilda Laurinda de Souza
	BLOCO "131 "
01	José da Silva Barros
02	Ilson da Silva Barros
03	Jairo Torres de Melo
06	Maria Arlete Santos de Araujo Silva
07	Luiz Barbosa da Silva
09	Teichi Hashimoto
10	Sumiko Miyazaki
11	Ayako Hashimito
13	Maria de Carvalho Vasconcelos
15	Carlos José Coimbra
21	Francisco Chagas de Araújo Moura
22	Francisco Moura Lima
	BLOCO "211"
01	João Batista Campelo
	AVENIDA CONTORNO RESIDENCIAL
	BLOCO "465"
03	Olivia Maria de Jesus
	BLOCO "525"
06	Neuton Oliveira Costa
	2ª AVENIDA RESIDENCIAL
	BLOCO "540"
01	José Mendes de Lima

Torna público ainda, que qualquer reclamação deverá ser apresentada até 10 (dez) dias após a publicação deste aviso.

Brasília, 16 de março de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR$ 4,00